



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

SOLICITANTE: Rubinho Nunes

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 5 de agosto de 2025

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Apresentação musical
- Exibição de imagens
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão

21237

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Muito bom dia a todos. Presentes os Vereadores Fabio Riva, Hélio Rodrigues, Nabil Bonduki e Rubinho Nunes. Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 4ª audiência pública do ano de 2025.

Informo que esta reunião está sendo transmitida, ao vivo, através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparência/auditóriosonline, pelo YouTube, no canal TV Câmara São Paulo e no Facebook da Câmara Municipal de São Paulo.

Esta audiência foi publicada no dia 13 de junho, a partir do dia 31 de julho no *Diário Oficial da Cidade*; no dia 30 de julho no jornal *O Estado de S. Paulo*; e no dia 31 de julho no jornal *Folha de S. Paulo*. As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no site da Câmara Municipal de São Paulo, endereço www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual e também podem ser feitas, neste momento, junto à secretaria da comissão.

Foram convidados para esta audiência a Sra. Elisabete França, Secretária Municipal de Urbanismo e Licenciamento Urbano, representada pelo Sr. Vládir Bartalini, assessor de gabinete, presente pelo sistema Teams, Sr. Marcos Monteiro, Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras, presente também pelo sistema Teams; Sr. José Antônio Silva Parente (Totó Parente), Secretário Municipal de Cultura e Economia Criativa, representado pelo Sr. Rafael Castelo; Sr. André Guilherme Lemos Jorge, da Secretaria Municipal de Justiça, representado pela Dra. Cintia Cristina Conte Seraphim; Sr. Luis Felipe Vidal Arellano, Secretário Municipal da Fazenda; Sr. Orlando Morando Júnior, Secretário Municipal de Segurança Urbana; Sr. Fabricio Cobra, Secretário Municipal das Subprefeituras; Sr. Rodrigo Kenji de Souza Ashiushi, Secretário Municipal do Verde e Meio Ambiente, representado pela Sra. Tamires Carla Oliveira, chefe de gabinete; Sr. José Renato Nalini, Secretário Municipal de Mudanças Climáticas, representado pela Srs. Luciana Feldman, chefe de gabinete, presente online; Sr. Pedro Martin Fernandes, Presidente da SP Urbanismo, representado pelo Sr. Rafael Castelo e Sra. Tatiana Antonelli; Sr. Osmario Ferreira da Silva, Secretaria Municipal de Limpeza Urbana; Sr. Gilberto Rodrigues Alves Laranjeiras, Subprefeito do Butantã; Sr. Thomas Miazaki Toledo, Presidente da

Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – Cetesb; Sr. Esper Kallás, Diretor-Presidente do Instituto Butantan; Dr. Marcus Vinicius Monteiro dos Santos, Promotoria de Justiça e do Meio Ambiente da Capital, do Ministério Público do estado de São Paulo; Dr. Paulo Sérgio de Oliveira e Costa, Procurador Geral de Justiça do Ministério Público de São Paulo; Dr. Roberto Luiz de Oliveira Pimentel, Promotoria de Habitação e Urbanismo do Ministério Público de São Paulo; Dra. Luciana Jordão Motta Armiliato de Carvalho, Defensoria Pública Geral; os Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo; e o público em geral.

Passemos à pauta. De ofício, eu inverte a ordem da pauta, passando o item um a ser o item 3; o item 2, a ser o item um, e o item 3, a ser o item 2.

Temos agora renomeado como item nº 1 o PL 674/2025. Há oradores inscritos para discutir? (Pausa) Não havendo, declaro realizada audiência.

Item nº 2 - PL 673/2025. Há alguma inscrição? (Pausa) Não havendo inscrições, declaro debatido o PL 673/25.

Passemos agora ao item seguinte, ao PL 691/2025. Eu mantenho as inscrições para manifestação sobre o projeto, que ainda estão abertas, na forma costumeira, pelo prazo de 15 minutos a contar do início desta sessão. Vamos chamar inicialmente os inscritos pelo sistema Teams, *online*.

Suspendo a audiência por um minuto.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Rubinho Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Antes de proceder a abertura para os inscritos, eu quero convidar o Dr. Esper Kallás, do Diretor do Instituto Butantan, para sua fala, para suas considerações. Dr. Esper, se o senhor quiser tomar acento à Mesa conosco, por gentileza. Dr. Esper, Diretor do instituto Butantã, pode se sentar aqui, conosco. O senhor tem a palavra, sem limite de prazo, para que possa fazer suas considerações.

Agradeço, mais uma vez, pela presença.

O SR. ESPER KALLÁS - Muito obrigado, Vereador; obrigado, Líder; obrigado a todos os colegas, demais Vereadores presentes à Mesa. Queria agradecer também a todos os

presentes para abrimos este debate. É uma satisfação, para mim, representar o Instituto Butantan.

A primeira coisa que eu gostaria de dizer é que Butantan começou suas atividades em 1901, quando foi inaugurado o Instituto por Vital Brazil, na então Fazenda Butantan, e desde lá passou por inúmeras transformações. Durante todo esse período, o Instituto conseguiu ganhar, cada vez mais, protagonismo devido ao seu esforço no enfrentamento de problemas de saúde pública no Brasil. A história começou lá trás, quando muitos dos nossos antepassados migraram ao Brasil para enfrentar o avanço da agricultura no interior do Estado, onde tinha uma série de problemas, inclusive pessoas que eram picadas por cobras, picadas por escorpião, essas coisas todas. Isso tirou a vida de alguns dos nossos antepassados, e o Dr. Vital Brazil, com seus esforços, criou uma estrutura para desenvolvimento de pesquisa. E hoje o Butantan produz, entregou neste ano para o Ministério da Saúde, mais de 700 mil unidades de soros derivados de imunoglobulina equina, para enfrentamento e tratamento de acidentes com cobras, escorpiões, lagartas, inclusive toxinas bacterianas e vírus da raiva.

Em meados dos anos 80, o Instituto se enveredou na produção de vacina, o Brasil não produzia quase nada de vacinas, e o nosso Programa Nacional de Imunização era não-existente. Aí apareceu a Constituição de 1988, que criou o SUS, e trouxe a necessidade de os brasileiros encontrarem soluções para enfrentamento da saúde pública. E o Butantan hoje, depois de vários esforços de meus antecessores, inclusive o Professor Isaias Raw e vários outros diretores que se seguiram, entregaram para o Ministério da Saúde 130 milhões de doses de vacina só em 2024, e este ano nós vamos aumentar cada vez mais.

Nesse esforço feito pelo Butantan, há também a necessidade de preencher lacunas no desenvolvimento de enfrentamento de saúde pública brasileira, porque ainda a saúde é uma das áreas, no nosso balanço econômico, político e social, em que temos mais déficit em relação ao mundo todo. Hoje, ainda dependemos de importações de 80% dos produtos utilizados pelo SUS. E acho que o Butantan tem feito um esforço enorme, especialmente depois que assumimos o Instituto em 2023, para fortalecer cada vez mais o papel do Instituto na sociedade brasileira.

Esse papel vinha sendo preenchido com apoio principalmente da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo e do Ministério da Saúde. O Ministério da Saúde é um parceiro perene do Instituto Butantan. Oferecemos vacinas, justamente através do SUS, para fazê-las disponíveis aos brasileiros, e a produção está crescendo com programas de parceria, de desenvolvimento, que é a maneira de incorporar a produção de vacinas dentro da nossa instituição para oferecer ao Estado de São Paulo, oferecer a todos os brasileiros, através do Ministério da Saúde, do SUS. Esses programas de desenvolvimento tecnológico, a parceria de desenvolvimento produtivo, como chamamos, tem um nome, é chamado PDP, que consiste na apresentação por instituições públicas brasileiras para projetos de incorporação de vacinas. Entre esses projetos, um deles, só como exemplo para todo mundo, temos a vacina do HPV. A vacina de HPV é utilizada para prevenção do câncer de colo de útero nas meninas, e câncer de genitais nos meninos, ela é utilizada no Brasil graças a esforço do Butantan, porque assinou com o Ministério da Saúde, há mais de 10 anos, à incorporação dessa vacina. Agora estamos na fase de subir a obra para ter 100% da produção brasileira. Como essa da HPV, nós temos outras vacinas que participam desse processo de desenvolvimento produtivo. Nós precisamos consolidar essas transferências de tecnologia, em parceria com o Ministério da Saúde, que é vista de fora, não só pelo Ministério, como pela Secretaria da Saúde, pelo Governo do Estado de São Paulo, pelo Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas do Estado, e todos os outros reguladores.

Então, temos de cumprir esses papéis. E não só, temos também parcerias de desenvolvimento da vacina da hepatite “a”; a vacina contra HPV; vacina contra difteria, tétano, coqueluche; anticorpos monoclonais, como também agora, nessa última rodada do Ministério da Saúde, estamos trazendo outras vacinas enormemente importantes para a saúde pública, como a prevenção do vírus essencial respiratório, novos anticorpos monoclonais, e aguardamos a avaliação de outras propostas que fizemos. Dentro dessas parcerias, também apareceu a necessidade de buscarmos formas para implementar e completar essa transferência, e através disso fizemos parcerias com a Secretaria da Saúde, com o Governo do Estado de São Paulo e com o Ministério da Saúde. Hoje, o Ministério da Saúde está investindo, já está assinado com o

Instituto Butantan, R\$ 1,2 bilhão para as várias estruturas que lá estamos desenvolvendo. Essas estruturas vão permitir consolidarmos essa fase de crescimento do Instituto para atender às necessidades da saúde pública brasileira. Portanto, eu acho que eu e vários dos meus colegas aqui presentes, em nome dos 4 mil colaboradores do Instituto Butantan, estamos empenhados em cumprir esse papel, em completar essa fase extremamente importante para o País, e entregar esses produtos. E nesses próximos 3, 4 anos imaginamos que vamos aumentar muito mais a nossa capacidade produtiva, e resolver problemas de saúde pública brasileira.

Entre esses problemas, Vereador, quero destacar a vacina da dengue, que foi desenvolvida desde o início dos anos 2000, com esforços que antecederam a minha chegada no Instituto, envolvendo centenas de pessoas, e hoje o Instituto Butantan aguarda a palavra final da Anvisa para deixarmos disponível essa vacina para os brasileiros, a primeira vacina dose única da dengue utilizada em todo o mundo, produto 100% brasileiro, fruto de investimento brasileiro, fruto de esforços de pesquisadores brasileiros realizada em 16 centros de pesquisa públicos brasileiros, investimento da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, do Governo do Estado de São Paulo, da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP, o BNDES; e o Ministério da Saúde, que está concluindo essa fase de desenvolvimento, que eu acho que é uma revolução para a inovação que está sendo feito no Brasil.

Com isso, a capacidade do Instituto permitirá que possamos atingir esses objetivos, cada vez com maior sucesso. E para conseguirmos consolidar essa fase, quando cheguei no Instituto, já tinha no Plano Diretor, já tinha sido proposto ao Instituto uma intervenção muito aguda dentro do nosso campus.

Isso eu queria deixar bem claro para vocês, foi o que eu peguei quando cheguei. Havia uma proposta de cortar mais de 10 mil árvores, desmatar grande parte da nossa área, da nossa massa de vegetação. Tinha uma intervenção urbana dentro do Instituto muito profunda, algumas delas já estavam ali dentro, com obras em andamento, que tivemos de concluir. O que é que a gente vem fazendo, graças a um esforço enorme do nosso setor jurídico, também da engenharia de urbanismo de dentro do Instituto, foi partir para uma conversa progressiva com

todos os setores dos nossos reguladores. Fizemos novas propostas, conseguimos reduzir para um impacto bem menor. Esse impacto seria de corte de aproximadamente 6.600 árvores dentro do Instituto, com abertura de áreas para levantamento de novas estruturas e isso acordado com todos os setores. Mesmo assim, fizemos um esforço adicional, fizemos várias revisitações no nosso plano, fizemos uma nova análise, depois, inclusive, discuti com algumas pessoas da sociedade e decidimos forçar, cada vez mais, para reduzir qualquer tipo de impacto, e mais do que isso, criar uma recuperação ecológica dentro da nossa área do Instituto. E assim nós fizemos, e é isso que estamos apresentando agora.

Depois da apresentação da primeira versão do PL 691, trazemos, junto com a liderança do Governo e o apoio de várias pessoas com quem conversamos, uma proposta de substitutivo a esse PL, que faria várias mudanças nessa proposição, com redução do número de intervenção na área de vegetação que nós temos, para uma área onde a gente já tem as nossas estruturas produtivas. Essa intervenção, então, reduziria o impacto dentro da nossa área para menos de 20% da mudança do gabarito, para a gente poder subir a altura dessas estruturas, diminuir o impacto do solo, preservar cada vez mais. Essa redução permite que o número de árvores que sofreriam supressão reduza muito, e é isso que a gente vai ter o Tadeu apresentando para vocês a seguir.

Com isso a gente permitiria consolidar essas estruturas que a gente está propondo para crescer dentro do Instituto. A gente cumpre o nosso papel de terminar essas parcerias de desenvolvimento produtivas que estão assinadas com o Ministério da Saúde desde a década dos anos 10. A gente incorpora as novas que a gente está assinando agora com o Ministério da Saúde. A gente dá possibilidade para que os recursos do Novo PAC possam ser investidos na nossa infraestrutura. A gente vai consolidar todos os planos de acordo com a proposta inicial, acordada com todos os nossos parceiros e, com isso, a gente consegue crescer o Instituto, aumentar o número de vacinas produzidas, que vai, na nossa expectativa, mais que dobrar, e atender as necessidades emergentes de saúde pública brasileira.

É com isso que eu peço desse da Câmara dos vereadores o apoio na aprovação

desse substitutivo que permitirá ao Instituto Butantã continuar o seu protagonismo no enfrentamento dos problemas de saúde pública no Brasil, melhorar a qualidade de saúde pública das pessoas do Brasil, aliviar sofrimento e prevenir doenças graves que possam ocorrer, inclusive aquelas que são ameaças à saúde pública, como a gripe aviária que está chegando, para a qual o Instituto Butantã já tem um plano de desenvolvimento de uma nova vacina. Eu queria contar com o apoio.

Mais uma vez quero agradecer a oportunidade de estar aqui com vocês. Obrigado, caríssimo Líder. Obrigado, demais vereadores presentes nesta mesa, todos que permitiram a gente abrir esse diálogo para dar oportunidade para o Instituto Butantã expressar o seu desejo de continuar contribuindo com o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. MURILLO LIMA - Bom dia, presidente, apenas para registrar a minha presença.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Registro a presença do Vereador Murillo Lima. Obrigado Vereador.

O SR. MURILLO LIMA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Agradeço a manifestação do Dr. Esper Kallás.

Convido agora o Sr. Tadeu Foá para fazer os seus apontamentos. Senhor Tadeu, obrigado pela presença. Tem um microfone à direita, na sua frente, se o senhor quiser fazer uso. Muito obrigado. O senhor tem a palavra, Sr. Tadeu.

O SR. TADEU FOÁ BINSZTAJN - Primeiro, obrigado, vereadores. Eu vou fazer uma explicação bem rápida, porque o Dr. Esper já comentou bastante a proposta.

Bom, então é a sugestão da alteração do projeto de lei.

- Exibição de slides.

O SR. TADEU FOÁ BINSZTAJN - Pode passar.

Aqui é uma foto de 1930 da Fazenda Butantã, que ainda incorporava a área da

Universidade de São Paulo. A gente observa praticamente uma área de pastos, por conta do início do Butantã, e algumas construções já do Butantã.

Essa é uma foto um pouquinho mais avançada, de 1958, onde já começa a consolidar a construção da Universidade de São Paulo e já se observa um adensamento maior, arbóreo, e um crescimento da área urbana de São Paulo.

Avançando um pouco, em 2008, essa foto a gente destaca por conta do Marco Legal da Mata Atlântica, porque isso é uma questão exigida por lei, a gente é obrigado a manter 30% da área de vegetação contida nessa imagem. Essa é uma foto já atual, então da foto anterior para essa foto já se observa um crescimento da área verde, apesar do crescimento das áreas industriais e de áreas de apoio do Instituto.

Pode passar, por favor.

Aqui a gente destaca, em azul, a área industrial e, em laranja mais claro, a área onde estão concentrados os principais prédios históricos do Instituto. O plano diretor que o Professor Esper comentou, ele trabalhava na questão dos gabaritos, inclusive amenizando o impacto nessa parte histórica, que está central. Então observa-se que essa parte em azul é onde está concentrada a área industrial do Butantã, e também é a área mais baixa do terreno onde a gente precisa a maior verticalização.

Em 2024, então, esse Plano Diretor com gabarito de 48m, um impacto arbóreo de 6.600 árvores. Ele praticamente é um impacto bastante grande em toda a área do terreno, inclusive na parte... ele ocupa uma área não só na área industrial, mas em outras áreas também, para poder consolidar as necessidades do Instituto. Aqui, só para destacar quais eram os prédios previstos na época, então, em azul, diversos prédios, alguns estão destacados, mas são existentes, mas era um plano de consolidação futuro.

Em 2025, então, a gente revê esse plano com um impacto arbóreo essencialmente menor, a gente distribui a parte de ocupação e de verticalização na área onde já está consolidada. O impacto arbóreo agora passa a ser bem menor, a maioria delas exótica, de 1.550 exóticas, então mais de 90% do impacto arbóreo são exóticas e invasoras; e algumas áreas de

expansão da área industrial que a gente tem hoje.

Aqui destacam-se alguns prédios que estão previstos, alguns já com projeto executivo pronto, detalhado: HPV, prédio da qualidade, difteria, tétano, formulação, envase, prédio de pesquisa e assim vai. Esse a gente colocou uma planta para poder comparar a proposta anterior, que inclusive é uma proposta já... é legal e a gente poderia fazer, mas a gente reviu todos os planos. Então, em vermelho a gente mostra, na imagem da esquerda, o gabarito de 48m com impacto arbóreo em planta bastante grande, e aí a revisitação desse plano, com impacto bem menor em cerca de 19,8% da área do Butantã hoje. Então a gente tem um impacto arbóreo, como eu disse anteriormente, de 1.550 árvores exóticas e invasoras, com plantio compensatório de 9.000 árvores nativas.

Agora a gente vai falar um pouquinho sobre um projeto de restauração ecológica. Eu posso chamar o Renan? Eu vou chamar o Renan.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Pode chamar o Sr. Renan Costa, da Gestão Ambiental do Butantã. Obrigado, Sr. Renan. Agradeço a presença.

O SR. RENAN RODRIGUES DA COSTA – Obrigado. Bom dia a todos.

Bom, comentar rapidamente sobre o projeto de restauração ecológica que foi falado pelo Esper e comentado pelo Tadeu.

Pode passar o próximo, por favor.

Bom, existe o plantio de 9.000 árvores nativas dentro de dez hectares de vegetação, dentro do Instituto Butantã. Qual é a ideia da restauração ecológica? Apesar de a gente falar desse plantio de 9.000 árvores, não seria um projeto apenas de um simples plantio de árvores. Nós estamos preocupados com a restauração dos processos ecológicos que deveriam estar ocorrendo dentro de um fragmento de Mata Atlântica preservada.

Existe uma problemática no Butantã hoje, que, apesar de termos toda essa área verde, temos muito problema de degradação ambiental pela ocorrência de espécies exóticas e invasoras. Isso se torna um problema não só do ponto de vista da biodiversidade, mas também um risco climático. Então a nossa proposta, a contrapartida ambiental, seria a implantação desse

projeto. Nesse mapa aqui é possível visualizar, esses polígonos verdes seriam as áreas propostas para a implantação dos projetos. São áreas com alto adensamento de espécies exóticas e invasoras e que estão aptas a receber esse tipo de projeto.

O que é importante destacar? Dez hectares foram mapeados dentro do Instituto Butantã, mas existe ainda a necessidade de três hectares que pretendemos fazer externamente, em áreas preferencialmente dentro do Distrito do Butantã, que precisam desse tipo de intervenção, que necessitam de restauração de margem de rios, de nascentes. Então o Butantã está aberto para essa iniciativa fora dos seus limites também.

Então, a última coisa que eu pontuo, é importante destacar que aqui nós não estamos preocupados só com o plantio de árvores. Quando eu falo em processos ecológicos, nós estamos falando também do meio físico, estamos falando do solo, estamos falando da fauna, estamos falando do fluxo gênico, corredores ecológicos. Então é uma série de questões que estão sendo pensadas, um projeto mais amplo desenvolvido especialmente para o Instituto Butantã, e com todas as autorizações dos órgãos ambientais.

Pode passar o próximo, por favor.

Bom, aqui só alguns dados, a gente tem o levantamento da vegetação do Instituto Butantã, diversos cadastramentos arbóreos de várias dessas áreas sensíveis que a gente mostrou para vocês. Então a gente tem um balanço geral em relação a espécies invasoras e espécies exóticas. O que chama atenção é a alta proporção em relação às nativas. Nós temos só 31%, 26% de exóticas e 40% de invasoras. Isso é um dado alarmante. É uma característica, infelizmente, de vários maciços de vegetação do Município de São Paulo, os famosos bosques heterogêneos, e o Instituto Butantã não fica fora. A principal espécie problema que nós temos - essa é uma foto do Horto Oswaldo Cruz, que é a área verde mais antiga que nós temos no Butantã, desde 1917 - é essa palmeira, palmeira real australiana. Ela é um problema em várias áreas verdes do Município de São Paulo. No Butantã isso está muito acentuado.

A gente já observa aí, ao longo dos anos, um decaimento significativo dos regenerantes de espécies nativas. As árvores nativas estão ficando velhas, elas estão morrendo,

elas estão caindo, principalmente com esses eventos climáticos extremos, e elas não estão deixando descendentes na vegetação. Então a tendência que nós observamos, nós estamos analisando isso mais a fundo, cada vez mais a fundo, mas a tendência que nós estamos observando é que está havendo uma substituição. E o que vai ficar, se nada for feito, é exatamente uma vegetação que não condiz com a Mata Atlântica nativa do Município de São Paulo. Então, o que o Butantã pretende devolver para o Município com esse projeto é a vegetação de Mata Atlântica nativa que nós tínhamos originalmente no Município, em especial no território do Instituto Butantã.

É isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Muito obrigado, agradeço pelos esclarecimentos.

Passamos agora aos inscritos. Vamos começar pelos presenciais, prestigiar os que já estão aqui. Eu vou encerrar as inscrições, dados já 30 minutos de audiência pública. Vou começar pelos inscritos presenciais que estão aqui.

Já temos a lista? Obrigado. Vou seguindo a ordem, então, lembrando a todos que, da forma regimental, o prazo para manifestação é de três minutos para cada orador. A gente tem uma grande quantidade de oradores, é do nosso interesse ouvir todos. Então eu peço que, por respeito não os vereadores, mas aos demais que vão se manifestar, que seja respeitado o tempo correto.

Começo com o Sr. Ernesto Maeda, do CPM Butantã, Rede Ambiental Butantã. Obrigado, Sr. Ernesto. Bem-vindo. O senhor tem a palavra?

O SR. ERNESTO KENSHI CARVALHO MAEDA - Bom dia. Meu nome é Ernesto Maeda, eu sou do Conselho Participativo, dentre outros coletivos, sou da Rede Ambiental Butantã.

Primeiro parabenizar, agradecer a oportunidade aos vereadores por esta audiência.

Primeiramente, quero dizer o seguinte deixar muito claro para o Sr. Esper e aos parceiros do Instituto Butantã que nós somos favoráveis, defendemos o Instituto Butantã,

defendemos vacina, então o problema não é com o Instituto nem com vacina.

Eu queria depois, no caso, dar parabéns ao Movimento e a todos os parceiros do Movimento SOS Instituto Butantã, porque só foi possível esse substitutivo porque houve pressão social. Então, se nossa sociedade não participar, a gente não consegue avançar. (Palmas)

Pessoalmente, eu entendo que houve um passo por parte do Instituto para o diálogo. Entretanto, eu gostaria de apresentar aqui, eu vou deixar para os colegas do Movimento externarem mais detalhes, mas eu gostaria de apresentar algumas preocupações do ponto de vista do... Primeiro, externar que, mesmo com a redução, o número, o volume de corte de árvores, pelo tempo de crescimento, por mais que sejam árvores exóticas, é um prejuízo, para a crise climática que nós vivemos é um problema, que não é qualquer coisa cortar árvore na cidade de São Paulo, entendendo estrategicamente. A gente entende que é importante avançar com as árvores nativas, mas vai ter um impacto no momento que a gente vive.

A outra coisa é: originalmente, havia, no projeto, no PDI, a questão, além da fábrica, da ampliação da fábrica, o projeto de restaurante e estacionamento, que foram tirados dali. Entretanto, a questão é essa: vai ampliar a fábrica, vai ter mais gente trabalhando. Quer dizer, a preocupação é que vocês... eu... não ficou claro, porque não tenho... foi rápido e tal. Mas, por exemplo, pelo que eu bati o olho, ali tem uma área que parece a área da economia solidária que vai ser...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ERNESTO KENSHI CARVALHO MAEDA - Não é, não? Então a preocupação é que vai ter desapropriação. Que desapropriações serão essas, se houver desapropriação?

A outra coisa é do ponto de vista... porque para nós, enfim, hoje está ampliando e é preciso ampliar a produção. Daqui a algum tempo vai precisar aumentar. Que garantia nós temos que não vai cortar mais árvores? Porque, inclusive, não sei como ficou no substitutivo, mas no projeto original havia a possibilidade de, posteriormente, haver novos cortes de árvores. Que garantia nós temos de que ali não haverá futuramente novos cortes de árvores?

E a Fundação tem projeto ou pensa futuramente na ampliação em outro local para ...

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Só para concluir, por gentileza.

O SR. ERNESTO KENSHI CARVALHO MAEDA - Só para concluir, então. E se vocês, do Instituto Butantan Fundação, têm um estudo de impacto, não só do ponto de vista ambiental, mas vai ter aumento de produção, pessoas, caminhões? Qual estudo, que dados vocês têm de previsão do ponto de vista de impacto social para a redondeza?

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Sr. Ernesto. Agradeço pelas considerações, pelo respeito também.

A Sra. Andréa Raquel Caetano, do SOS Instituto Butantan.

A SRA. ANDREA RAQUEL CAETANO – Bom dia. Eu sou moradora da Vila Indiana. Gostaria de dizer que esse projeto já está promovendo um impacto muito sério para os moradores do entorno, que vêm sofrendo, há meses, com um barulho incessante, alto, 24 horas, por dia, inclusive, aos fins de semana, vindo de um *chiller* do biotério.

Os moradores fizeram inúmeras reclamações ao Instituto e à Fundação, receberam apenas respostas protocolares.

Foram registrados vários boletins de ocorrência, reclamações no PSIU e na Cetesb, sem nenhum retorno.

É sabido que a exposição a ruídos intensos e ininterruptos causa danos à saúde. Temos relatos de pessoas já com problemas auditivos e psicológicos também. Há pessoas com transtornos do espectro autista na vizinhança que são ainda mais afetadas por essa situação estressante. Sem contar os danos causados aos animais domésticos que muitos têm, principalmente, os animais que residem na mata. Não custa lembrar que a mata do Instituto é tombada, área de preservação permanente, portanto imune a corte, protegida por lei e deve ser preservada. Então somos contra o desmatamento de qualquer árvore.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sra. Andrea.

Professor Max Christian Frauendorf, do SOS Instituto Butantan.

O SR. MAX CHRISTIAN FRAUENDORF - Bom dia a todos. Bom dia, à mesa. Também sou morador da Vila Indiana. Gostaria de ressaltar, neste momento, a preocupação que

a gente vem tendo com o processo decisório em si. Essa questão do PDDI já se arrasta há alguns anos e faz muito tempo que a comunidade, o bairro, os eleitores e, principalmente, os frequentadores do Instituto Butantan, têm tentado abrir um diálogo sério. Porque um diálogo sério é ouvir de fato quem está diretamente afetado por essa construção.

Nossa amiga já falou aqui – obrigado - sobre os terríveis danos que estão sendo causados à saúde dos moradores com esse barulho insuportável. Não temos tido resposta com relação a isso. Então a gente tem exigido, tem pedido participação e não temos sido recebidos.

Hoje aqui é uma exceção. Eu até me pergunto que se não fosse a legislação se ela ocorreria. Porque a impressão que dá é que interessa passar um projeto sem discutir com bairros, sem discutir com a cidade, sem discutir com o cidadão, é passar o trator. Então nós estamos hoje aqui para nos colocar veementemente contra.

Nós não vamos parar, Professor. Nós não vamos parar. Nós exigimos participação nos processos decisórios da Fundação Butantan. A Fundação Butantan não pode ser um órgão que responde apenas à sua vontade. Tem que responder à cidadania. E é esse o nosso recado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sr. Max.

Sra. Eleni Rocha, do Coletivo Jurubatuba Mirim.

A SRA. ELENI ROCHA - Bom dia a todos. Eu gostaria muito de falar como cidadã paulistana que sou e como brasileira. O Instituto Butantan é mesmo muito importante não só para o Brasil, mas para o mundo. É um produtor de vacinas, manda vacinas para o mundo todo. Então tem uma importância incontestável.

Quem é do SOS Instituto Butantan defende o Instituto Butantan muito fortemente. Isso não precisa ser dito nesta audiência. Agora, o que eu tenho ouvido da população em São Paulo - não apenas das pessoas que moram no Butantan, na Vila Indiana, ali próximo, pessoas da USP, porque são vizinhas ao Instituto Butantan – o que eu tenho ouvido, gente, é que não dá para construir uma fábrica numa área residencial e que tem a maior universidade da América Latina. Como assim? Não é possível construir uma fábrica lá? A ampliação da fábrica vai

prejudicar a cidade inteira. Tem o risco biológico, além das outras questões que foram aventadas aqui.

Por exemplo, se tem uma fábrica lá, vai precisar ter caminhões para o transporte das vacinas, vai ter que ter espaço para os funcionários dessa fábrica, porque é uma fábrica gigantesca. É um projeto louvável ter mais vacinas, mais produção de vacinas, mas essa fábrica não pode ser construída ali, naquele bairro. Tem que ser pensado um outro local para se construir essa fábrica.

Então eu acho assim, ali está um risco muito grande para os moradores de imediato, para os estudantes da USP e, por fim, para toda a cidade, porque se tem algum problema biológico poderá afetar mais gente.

Sem contar, é claro, que é interessante falar nos bosques, que vão fazer uma coisa ecológica, tal, mas os estudos até aqui apresentados não se aprofundaram nas questões maiores do impacto na cidade. A cidade já vem sofrendo com o corte de árvores, com poluição em rios, com rios tamponados. Ali são vários rios. Vai chegar uma hora que talvez nós tenhamos vacinas com a fábrica lá, só que nós não vamos ter água para beber, porque a vegetação é muito importante para a produção de árvores.

Então nós temos que, neste momento, priorizar a pouca natureza que resta na cidade de São Paulo. Acho que é isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado.

A Sra. Shirley Schreier. A Sra. Patrícia está escrita posteriormente, mas não pode transferir. A inscrição é personalíssima, ou seja, para a pessoa que fez, Sra. Shirley. Agradeço a compreensão.

A SRA. SHIRLEY SCHREIER - Eu venho da área de exatas, não sei florear muito. Então bom dia a todos. Alguns sabem, mas enfim, eu nem pensava falar.

Bom, quero dizer o seguinte, realmente acho que deve ficar muito claro, bem claro, que temos - talvez, infelizmente, para o Instituto Butantan - uma população muito diferenciada.

Eu acho que a região ali da vizinhança do Butantan é provavelmente a de maior densidade intelectual do Brasil, sem exagero. Inclusive, mais do que do Leblon.

Mas então a gente, felizmente, tem ouvido coisas muito razoáveis da parte dos moradores. E o que acontece? Eu acho realmente lamentável. O Instituto Butantan tem uma alta quilometragem circundando uma parte do bairro, uma parte da Cidade Universitária. A separação é um muro.

Mas a gente nunca foi consultado. Nós nunca fomos consultados. Eu, nem como espiã, nem como moradora. Acho que seria extremamente saudável, além de, provavelmente, ser uma exigência legal, de que os planos, para o Instituto Butantan e para a sua Fundação, sejam discutidos com a vizinhança.

Aliás, uma coisa que eu acho estranhíssima é esse primeiro projeto, sei que já foi modificado e tal, ele foi feito por um arquiteto que também, por coincidência, era o Presidente do Condephaat.

Então, nós não podemos esquecer que houve muitos trâmites aí para que as coisas fossem aprovadas, não exatamente da maneira mais transparente. Eu fico pensando que o Instituto Butantan Fundação, aliás, o Instituto Butantan não tem quatro mil colaboradores, quem tem é a Fundação. Eu tive a curiosidade de olhar. Até penso que a Patrícia pode até falar mais, porque ela pesquisou como é por aí, não só no Brasil e fora do Brasil mais ainda, quais são as legislações etc. impostas para a construção de biofármacos ou de fábrica de vacinas.

- Manifestações simultâneas fora do microfone.

A SRA. SHIRLEY SCHREIER - No Brasil mesmo nós já temos uma coleção de fábricas de biofármacos que eles foram escolher locais apropriados, distantes de locais intensamente povoados.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Só um minuto, Sra. Shirley. Vou pedir para a assessoria silenciar o áudio que está atrapalhando. Obrigado.

Sra. Shirley, aproveitando também a oportunidade, peço para a senhora concluir que estourou já um pouquinho o tempo.

A SRA. SHIRLEY SCHREIER - Já estou terminando.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Por favor, fique à vontade, então.

A SRA. SHIRLEY SCHREIER - Eu penso que nós não sabemos, mas acredito que não ocorreu, uma visita a vários centros mundiais onde se fazem vacinas. Nós somos principiantes, felizmente temos o Butantan que quer ter esse encargo e que a gente valoriza muito.

Mas, por exemplo, eu fui dar uma olhada na enciclopédia Google e uns centros de construção de fabricação de vacinas das grandes empresas são todos em lugares isolados, porque o risco biológico é uma probabilidade, mas ele existe. Então existe. Tanto que há uma classificação de laboratórios e de fábricas sobre o risco biológico. Então eu acho que isso devia ter sido visto com mais cuidado. Provavelmente, seus vizinhos iriam poder colaborar bastante.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sra. Shirley. Agradeço a compreensão também. Obrigado pelas contribuições.

A Sra. Cecília Pellegrini, Associação Cultural do Morro do Querosene.

A SRA. CECÍLIA PELLEGRINI - Bom dia. Sou moradora do Butantan, desde 1976, no Morro do Querosene, em frente ao Instituto Butantan. E então, durante todos esses anos, a gente vem cuidando com muito carinho e vendo como aquela área já está sendo degradada há muitos anos. Acentuadamente, nos últimos anos apareceram clareiras, apareceram laboratórios no meio daquela mata.

Então, na fala do representante do Instituto Butantan, eu não ouvi, em nenhum momento, ele dizer por que tem de ser ali e não em qualquer outro lugar. Eu não ouvi.

Fora isso, eu queria dizer assim, o outro colega que aparece para falar das questões ecológicas, ele coloca os animais as árvores, mas não coloca os seres humanos na sua fala.

Outra questão que eu queria dizer é que as invasoras, mesmo as não só exóticas, elas já nos prestam serviço de baixar temperatura, a sombra, a troca. Então eu queria citar, estamos trabalhando numa área bem em frente, que chamamos Parque da Fonte do Peabiru, e lá tinha um bosque de leucenas. As leucenas são uma praga, porque elas têm muitas sementes

que se espalham com o vento. Então começamos a tirar as leucenas. Porém, observamos que tinha macaquinhos, abelhas, outros seres, ali.

Então, Sr. Diretor, não podemos tirar. Nós decidimos assim: tem que ser gradativo. Não pode ser da maneira como eu estou vendo acontecer. Não pode ser assim. Tem que dar um tempo para o Meio Ambiente se adaptar e encontrar outros lugares.

E finalmente, eu acho que temos de tomar muito cuidado, quando falamos das invasoras. Muito cuidado. Porque nem todas as invasoras são ruins. Elas também têm funções. Aquilo é um patrimônio. Eu peço aos Srs. Vereadores que vão lá ver o que estão fazendo, porque o que já fizeram já é um crime ambiental. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) - Muito obrigado Sra. Cecília. Convido o Sr. Dinho Nascimento, da Associação Cultural do Morro do Querosene.

Aproveito a oportunidade, para passar à presidência dos trabalhos ao Vereador Fabio Riva. Tenho que me ausentar, mas brevemente retorno.

- Assume a presidência o Sr. Fabio Riva.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) - Muito obrigado Vereador Rubinho Nunes. Convido o Sr. Dinho Nascimento, da Associação Cultural do Morro do Querosene.

O SR. DINHO DO NASCIMENTO - Bom dia! Eu, só vou concluir, porque as pessoas que vieram aqui, na minha opinião, já argumentaram 100%.

Vamos cantar. Tem muito a ver com esse momento. É isso.

- Apresentação musical.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) - Próximo oradora, Sra. Mônica Farina, do SOS Instituto Butantan.

A SRA. MÔNICA FARINA - Olá, bom dia! Nós, pedimos respeito ao tombamento do Instituto Butantan, patrimônio nacional, a sua mata protegida, as 179 espécies de aves que ali existem, as nascentes dos córregos ali guardadas, a segurança da população da USP, a segurança da cidade de São Paulo e a segurança dos vizinhos do bairro, que já sofrem 24 horas de por dia com o barulho das instalações.

A fábrica de vacinas de risco elevado do Instituto não pode ser construída ao lado da USP. Bairro densamente povoado no e no coração de São Paulo. Árvores imunes ao corte, sejam 6600, 1300 ou uma. Não podem ser arrancadas, senão o ato é criminoso e a vacina deixa de ser sustentável.

Nossos representantes do Legislativo e do Executivo, presentes, por favor, respondam. Como a obra de expansão do Instituto Butantan pode começar em 2021, antes mesmo da conclusão do licenciamento? (Palmas)

Onde estão os relatórios EIA/Rima exigidos pela legislação municipal para licenciar o PDDI? Como as obras começaram sem esses relatórios? Porque foi descumprida a obrigatoriedade das audiências públicas e da alternativa locacional no licenciamento? Como o Executivo pode propor o PL 691 e aceitar um projeto repleto de irregularidades e, assim, colocar em risco o patrimônio e a reputação do Instituto, a vacina sustentável para o Brasil e as verbas públicas?

O SOS Instituto Butantan aguarda respostas e pede voto contrário a calamidade do PL 691, que propõe vacina à moda antiga. A justiça não é instantânea. Um dos raríssimos marcos históricos de Guarulhos da Imigração Italiana foi demolido em 2010. O destombamento do Casarão Saraceni foi autorizado pelo Sr. Carlos Augusto Mattei Faggin. Por este Ato, e 14 anos depois, o Arquiteto e mais 24 vereadores foram condenados pelo Tribunal de Justiça. O Sr. Faggin é o mesmo Arquiteto que elaborou o plano de expansão do Instituto Butantan, que prevê em sua próxima etapa o corte de 6629 árvores protegidas, além das 1000 já sacrificadas. A justiça não é instantânea, ela tem o seu tempo. No caso da demolição do Casarão Saraceni, foi de 14 anos e no caso do destombamento do Instituto Butantan, quanto tempo será?

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Registrar a presença, de forma on-line do Sr. Júlio Fagotti, Secretário Adjunto da Segurança Urbana, Sra. Maria Carolina Landgraf Scaramelli, representante da Secretaria de Infraestrutura Urbana.

Vamos passar aos inscritos de forma on-line.

Antes, de forma presencial Sr. Wanderlei da Cruz Garcia, em seguida, on-line, Sras.

Marta Delbuque Pimenta e Eliana Maria Janequine.

O SR. WANDERLEI DA CRUZ GARCIA - Pessoal, possivelmente, vou reprisar em várias coisas que já foram faladas, mas para manter o raciocínio, eu vou reprisar dessa mesma forma.

Se a Câmara aprovar o PL 691 não estará somente liberando o aumento do gabarito de construção para edifício com o dobro da altura da legislação anterior, terreno do Instituto Butantan. Atenderá, é claro, uma exigência definida pelo Conpresp e como é necessário para dar continuidade às atividades previstas no PDDI, com a construção de mais de seis edifícios, ampliando as atividades fabris em uma área, predominantemente, residencial, com impactos significativos na vizinhança nos aspectos de tráfego, poluição ambiental e risco biológico.

Quando se fala de fabricação de vacinas, estamos falando de fábricas de alta tecnologia, como foi citado. E de alta capacidade de produção, envolvendo equipamentos sofisticados, com alto consumo de energia, tanto no processo produtivo e no processo de desinfecção, limpeza, tratamento e resíduos sólidos, líquidos e gasosos.

Pelo que me consta, assim, nós estamos falando de um empreendimento que, no valor total, beira a um bilhão de reais. Pouca gente sabe que na produção atual do Instituto Butantan, das cinco mil toneladas de resíduos produzidos de rejeitos anualmente, 60% é de pó de ovo, utilizado na inoculação e 13% de material infectante. Pelo volume de rejeitos podemos imaginar a movimentação de carga que essa atividade produz e produzirá com a ampliação das instalações.

Na questão energética, além dos equipamentos espalhados pelas diversas unidades, está entrando em operação para suportar novas atividades uma usina termelétrica de cogeração, com 12 megawatts de potência, a menos de 200m de um conjunto habitacional com 1200 apartamentos. Com base nessa comparação, só para comparar, ou seja, isso corresponde a ter 150 geradores de emergência utilizados em prédios convencionais, em edifícios. Afastado da área de produção atual, mais encostado em uma fileira de edifícios residenciais ao lado Oeste ao terreno do Instituto já está construído e com operação prevista, para esse semestre, um

biotério com vários andares, com a área por andar superior a 3000 m². Para o seu funcionamento, os edifícios auxiliares com equipamentos de tratamento d'água, produção de vapor e água fria já tem gerado um nível de ruído e poluição que tem levado a população do entorno a registrarem BO reclamações no Psiu e uma grande maioria sem sucesso. Novamente, a implantação do PDDI ignora o fato de que o terreno do Instituto Butantan está imerso em local densamente habitado.

Deveria ser garantido à população do entorno os mesmos cuidados e ética aplicada aos animais do biotério, quais sejam: direito ao bem-estar, respeito e segurança. Somos a favor da vacina sustentável no conceito básico e ao longo do seu ciclo de vida, cause o mínimo impacto possível ao Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) - Muito obrigado! Próxima inscrita Sra. Marta Delbuque Pimenta.

A SRA. MARTA DELBUQUE PIMENTA - Bom dia a todos! Espero não repetir muito, o que os outros disseram. Sou moradora do Butantan desde 1965 e sempre tive muito orgulho de morar próximo do Instituto Butantan, quando me diziam: Ah, morar lá com as cobras. Eu nunca me envergonhei disso. Pelo contrário.

Eu participo desde 2000 de uma Rede no Butantan. A Rede Butantan, de entidades e forças sociais, que eu tenho muito orgulho de dizer que nesses 25 anos foi contribuindo muito para que o movimento social no Butantan fosse forte e que conseguíssemos ter uma boa interlocução com o Legislativo, Executivo e com a Subprefeitura. Temos a alegria e a tristeza de dizer que nos últimos anos temos tido muita dificuldade de interlocução.

Deixo registrado, que desde 2019, procuramos pela Rede Butantan, conversar com a direção do Instituto Butantan. Inicialmente, não era ainda questão do desmatamento, mas há bastante tempo, buscamos conversas. Nós fomos atendidos uma ou duas vezes pela Fundação. Queríamos falar com o Instituto, porque para nós existe diferença. O Instituto Butantan, prezamos muito, a Fundação nós temos sérias preocupações. E quando nós soubermos do PDDI, de tudo, tudo foi muito atribulado por conta da pandemia. O Instituto Butantan ficou fechado durante toda

a pandemia, a gente entende que tinha a questão das vacinas, mas seria um espaço maravilhoso para podermos sair um pouco de casa e andar lá dentro. Ele ficou fechado o tempo todo com obras. Com obras. Quando abriu, era outra coisa.

Só queria deixar registrado isso. Acho que a gente sempre procurou contribuir para políticas públicas. A Rede, nesses 25 anos acompanha e constrói uma carta em que apresenta demandas, em que fala de políticas públicas. Então, a gente sempre pretendeu contribuir. Infelizmente, nossa contribuição parece que não tem sido bem-vinda, nem no Legislativo - em parte do Legislativo - muito menos no Executivo, nós temos muita dificuldade de comunicação com a Subprefeitura e inclusive com o Instituto Butantan. Sinto, imensamente, que não tenhamos recebido nenhuma resposta das duas cartas que nós encaminhamos. A primeira na reunião que nós fizemos, a segunda depois dela. Gostaríamos de ter recebido resposta. Eu acho que faltou diálogo com a população, faltou nos receber e faltou nos responder.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) - Muito obrigado! Próximo inscrita Sra. Eliana Maria Janequ.

A SRA. ELIANA MARIA JANEQUINE - Bom dia a todos! Agradeço a organização. Eu queria dizer o seguinte. O Projeto de Lei 691, ou qualquer outro que venha substituir nas mesmas linhas, autoriza, sem os devidos estudos de impacto, a construção de um projeto fabril para fabricação de vacinas com risco biológico três numa escala que vai até quatro. Em uma área densamente povoada - como já foi dito, de preservação, de tombamento -, é importante, do ponto de vista das áreas mistas, para o corredor ecológico e três nascentes que desaguam no Pirajussara Mirim, afluente do Rio Pinheiros.

Tudo isso sendo feito a 30 metros do Centro de Saúde, da Escola Municipal, com todos nós do entorno. Eu, como vários outros aqui do movimento, presenciamos também a drástica destruição e degradação nos últimos anos. Então, aí você vai ver, a Fiocruz do Rio de Janeiro para a fabricação de vacinas, para a construção de um complexo, que no PDDI, pelo que se entende, não é uma fábrica, são seis fábricas. Na Fiocruz, algo semelhante está sendo feito

a 60 quilômetros de Manguitos. Por quê?

As grandes fabricantes, como a Dra. Shirley mencionou, estão todas em áreas remotas, muito distantes dos grandes centros. E aí a pergunta, que não quer calar, porque não cala: por que no Instituto Butantã? Por que não em outro lugar? Era isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito obrigado. Próximo, o Sr. Christian, do Movimento Sampa. Logo em seguida, a Sra. Andrea Raquel Caetano. O Sr. Christian está de forma *online*, está presente? Não? A Sra. Andrea Raquel Caetano está presente, já falou? A Sra. Marisia Batista Reis. A senhora tem três minutos. Logo em seguida, a Sra. Patrícia Coelho.

A SRA. MARISIA BATISTA REIS – Eu inicio a minha fala com uma pergunta. Por que não construir essas fábricas na Fazenda São Joaquim, que fica em Araçariguama, a menos de 50 quilômetros de São Paulo, e que é de propriedade do Instituto Butantã? Essa é uma pergunta também das seis mil pessoas que assinam o abaixo-assinado do Movimento SOS Butantã, dos 1.300 seguidores de nossa página de Instagram. É a pergunta dos leitores e telespectadores das 15 matérias que foram publicadas nas mais diversas mídias nos últimos três meses, tempo que nosso movimento existe. Também da população que as leu e assistiu. Fica aqui o questionamento, ainda em nome da população do bairro do Butantã e da cidade de São Paulo. Dito isso, peço que o complexo fabril do Instituto Butantã seja construído fora do perímetro urbano, longe daqui. Não a este projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito obrigado, Sra. Marisia. Sra. Patrícia Coelho.

A SRA. PATRICIA COELHO – Eu terei mais que três minutos, certo? Conforme combinado?

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Quantos minutos a senhora precisa?

A SRA. PATRICIA COELHO – Quatro minutos, pelo menos.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Está bom, ótimo. Obrigado. Pode ser.

A SRA. PATRICIA COELHO – Está bom, cinco minutos. Obrigada. Bom, meu nome é Patrícia Coelho, sou moradora do bairro Butantã há 25 anos. Estou aqui representando o

movimento SOS Instituto Butantã nessa primeira audiência pública sobre o PL 691. Finalmente, a população está sendo ouvida. Finalmente, há uma intenção de diálogo. Venho a esta Casa Legislativa não apenas para manifestar nossa oposição ao projeto, mas principalmente para fazer um alerta urgente sobre um padrão de conduta que coloca em risco tanto o patrimônio ambiental quanto a saúde pública. Um padrão que não pode ser ignorado mais por esta Casa.

O Instituto Butantã, em seus relatórios oficiais e pronunciamentos públicos, apresenta-se como uma instituição comprometida com a responsabilidade ambiental, social e de governança, seguindo os critérios internacionais de SEG. Declara que minimiza, quer minimizar o impacto de suas operações, respeitando o meio ambiente, promovendo o bem-estar das pessoas. Sr. Esper, por favor, atenção à minha fala. Obrigada. Com orgulho, afirma seguir a legislação vigente e desenvolve suas atividades produtivas, culturais, de pesquisa, de forma sustentável, sempre com a anuência dos órgãos ambientais.

Como exemplo deste posicionamento, em 23, por meio do Relatório da Sustentabilidade, o Instituto divulgou a implantação de uma política de segurança de trabalho, saúde e meio ambiente, que muito nos orgulha. Nesse mesmo relatório, dedica um capítulo inteiro à valorização da fauna e da flora, da mata sob sua custódia. O documento afirma ainda o alinhamento da instituição com os objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 da ONU e garante que o PDDI foi concebido respeitando os princípios de preservação patrimonial natural.

No entanto, quando confrontamos esse discurso com as práticas adotadas, na realidade, deparamo-nos com profundas contradições. O Instituto Butantan solicitou o destombamento integral da mata existente em seu terreno. Já promoveu o desmatamento de 17 mil metros quadrados de vegetação legalmente protegida pelo Condephaat desde 1981. Para a construção de biotérios central, uma instalação de alto risco biológico a apenas 150 metros de residências e de uma área densamente povoada. E próxima ao campo da USP. Essa instalação, além do risco biológico, gera poluição sonora 24 horas por dia, sete dias por semana. Em níveis superiores ao que a legislação permite. A decisão contraria a recomendação da Organização

Mundial da Saúde e de países referência em pesquisa científica e de produção de fármacos. A OMS recomenda a instalação de risco biológico de alto nível, afastada em áreas isoladas, que não é o que está acontecendo.

E como último exemplo desta contradição entre a fala e a prática, o Instituto teve seu PDDI aprovado sem apresentação do EIA/Rima. Estudos obrigatórios com a instalação que envolve risco biológico elevado, está localizado em área ambiental sensível, reserva da Mata Atlântica, está próximo de zonas urbanas densas, escolas e instalações de saúde, exige grande infraestrutura industrial, movimentação intensa e intervenções significativas no solo e nos recursos hídricos. E haverá manipulação ou armazenamento de agentes biológicos perigosos.

Contradições dessa natureza, quando praticadas, costumam ser classificadas pelo mercado como hipocrisia institucional e prática de *greenwashing*. Fica aqui o meu convite à reflexão sobre os fatos aqui apresentados e a pertinência ou não dessa classificação ao Instituto Butantã.

Para concluir o capítulo das contradições, vale destacar algumas decisões do Condephaat. Em 1981, o órgão decretou o tombamento da mata do Instituto Butantan, mas em 2021 aprovou seu destombamento. O que mudou? Em busca de compreender essa mudança, revisitamos a própria trajetória da Condephaat e deparamos com um caso emblemático, o destombamento do casarão Saraceni, em Guarulhos, ocorrido em 2010. Naquele episódio, o escritório particular do então conselheiro da Condephaat, Sr. Carlos Augusto Faggin, emitiu um parecer técnico afirmando que o casarão, datado de 1919, não era relevante. Poucos dias depois, o imóvel foi demolido para dar lugar a um estacionamento. Em 2024, após um longo processo judicial, o Tribunal de Justiça de São Paulo condenou 25 pessoas por improbidade administrativa em decorrência desse destombamento e da destruição do patrimônio histórico. Esse caso nos acendeu um alerta. Os critérios aplicados no destombamento do casarão Saraceni teriam sido os mesmos utilizados no caso do destombamento da mata do Instituto Butantan? E mais, será que o Tribunal de Justiça, diante das evidências, poderá também considerar o caso do Butantã como improbabilidade administrativa?

Em 2018, quando a mata ainda permanecia integralmente tombada, o Instituto Butantã contratou o escritório do Sr. Carlos Faggin, que, à época, já presidia o Condephaat, por R\$ 1,5 milhão, para elaborar o projeto de consultoria do seu plano, do seu PDDI, o qual previa, justamente, a construção de um parque fabril, em área tombada, pelo próprio órgão que ele dirigia. Mas o que justificaria, naquele momento, um investimento milionário, num projeto de alto risco biológico, em área tombada, com os ordenamentos que sequer permitia esse tipo de intervenção? Que garantias técnicas ou jurídicas existiam em 2018? Buscamos respostas por todos os meios, mas nenhuma justificativa plausível foi encontrada. Restou-nos considerar essa decisão como, no mínimo, ousada, diante das restrições existentes em 2018.

Estou encerrando. Em maio de 21, o Condephaat, sob a presidência do Sr. Faggin, aprovou o destombamento da mata. Embora ele tenha se declarado impedido de votar por conflito de interesse, o processo foi conduzido sob a sua liderança. Hoje, o PL 691, ou seu substitutivo, representa novas etapas de uma sequência de decisões marcadas por conflitos de interesse, contradições e ausência de transparência. É importante reforçar que não somos contra a expansão do Butantã. Ao contrário, reconhecemos sua importância estratégica e defendemos o aumento da produção de vacinas como política pública e de saúde. No entanto, essa expansão precisa ocorrer em um local apropriado, com devido respaldo técnico e jurídico, mediante mínima apresentação dos estudos de EIA/Rima, conduzido por instituições independentes e participação efetiva da população. Existem alternativas não apenas viáveis, mas superiores. A implantação do Parque Fabril poderia ocorrer, por exemplo, em Araçariguama, como já foi dito.

Srs. Vereadores, vocês estão dispostos a repetir os erros cometidos em Guarulhos? Já consideraram que as contradições técnicas e jurídicas desse PDDI podem comprometer a segurança da população, o futuro do Instituto Butantan e todo investimento público e privado já realizado? Nossa presença aqui é um chamado ao diálogo transparente, participativo e baseado em evidências. Não se trata apenas de proteger uma área verde, mas evitar um precedente perigoso para a cidade de São Paulo. Solicitamos a suspensão imediata da tramitação do PL 691 ou qualquer substitutivo, até que sejam apresentados os estudos técnicos conduzidos por

instituição isenta e tecnicamente qualificada, além da realização de uma ampla consulta popular. Reivindicamos também o cancelamento do destombamento da mata do Instituto Butantã e o remanejamento do biotério para um local adequado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Obrigado, Patrícia. Só foi feita a exceção do tempo à Patrícia, por solicitação, inclusive, dos próprios inscritos. Então, nós vamos retomar todos os outros nos três minutos, só para que a gente mantenha a ordem e finalizar aqui a nossa audiência pública. Próxima inscrita, a Sra. Domitila Farina. Depois, de forma *online*, só queria saber se está presente a Sra. Sônia Império.

A SRA. SÔNIA IMPÉRIO HAMBURGUER – Sim, estou presente.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Ok. Então, logo em seguida, depois da Sra. Domitila.

A SRA. DOMITILA SILVIA FARINA – Excelentíssimos Vereadores, representantes do Executivo e presentes. Vinde comigo, brasileiros sábios, vinde conosco, sábios Vereadores. O grande brasileiro Manoel de Araújo Porto Alegre já nos alertava, há um século e meio, da ameaça ao Templo Viridante, ainda hoje presente na nossa Bandeira. Mas até quando? Em 2021, outro grande intelectual denunciava o inadmissível desmatamento do país. De acordo com Rogério Serqueira Leite, os desmatadores clandestinos recebiam benesses do governo. Teriam esses desmatadores se tornado oficiais? O Plano de Expansão do Instituto Butantan cortou mil árvores imunes de corte, antes mesmo da aprovação do PDDI.

A próxima etapa prevê o corte de outras 6.629. Quem planejou essa ilegalidade? Quem a permitiu? O autor desse PDDI tem currículo nada invejável e mágico. Ele transformou três em um ao elaborar e aprovar o plano, e levantar o tombamento da área do Instituto Butantã.

No ano passado, foi condenado pelo TJ como responsável pelo destombamento e consequente demolição de um prédio histórico em Guarulhos. Com isso, teve o seu afastamento do Condefat solicitado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e ficou impedido de exercer o cargo público até 2027.

A Secretaria Estadual de Cultura ignorou a decisão condenatória e o manteve no cargo. Em 2022, o Ministério público exigiu a imediata paralisação do PDDI, reiterando a importância dessa área, “Na melhoria das condições de vida, não apenas da população do entorno, mas de toda a cidade de São Paulo”.

O PDDI continua ignorando etapas importantes do licenciamento, como a alternativa locacional e apresentação dos EIA/Rima – Estudo e Relatório Obrigatórios para Projetos desse porte.

Parodiando Cerqueira Leite, vacinas são mais importantes para a segurança nacional do que pólvora. Mas, hoje, quando o verde é a cor que define o nosso tempo, elas precisam ser sustentáveis. O nível de biossegurança do PDDI é 3, risco elevado, indicando que essa indústria de vacinas, tão necessária ao Brasil, não pode ser instalada em área limdeira à USP, de bairro densamente povoado no coração de São Paulo. Ela precisa ser construída em local adequado.

O PL 691/2025 é passadista. Ele defende a vacina à moda antiga, com desmatamentos e sem considerar a segurança da população.

Corte de árvores tombadas, quer sejam 6.600, 1.300 ou uma árvore é crime. Ponto! Já estou no final. O verde da nossa Bandeira e do Instituto Butantan é o mesmo e não pode ser negociado. Araújo Porto Alegre vaticinou em suas brasileiras: “Um dia chegará, que inimigas hostes intentem desonrar-nos, leis impondo”. O dia chegou. Vinde conosco, sábios Vereadores, e votem contra o PL 691/2025 para construirmos juntos o futuro que o Instituto Butantan e a nação merecem.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Sra. Sônia, por favor, de forma online. 3 minutos.

A SRA. SÔNIA IMPÉRIO HAMBURGER - Bom dia a todos e a todas. Agradeço muito a presença de todos os companheiros do Movimento SOS Instituto Butantan. Falas muito importantes e fortes.

Eu queria trazer duas contribuições aqui, para a nossa crítica à proposta de instalação de um Complexo Industrial com seis fábricas de biofármacos em área de preservação,

em área em zona residencial e em área onde existem equipamentos de atenção em educação e saúde muito próximas, lindeiras mesmo, a essa área que a Fundação Butantan e o Instituto Butantan está chamando de área industrial. Não é uma área industrial. A gente não tem uma zona industrial definida. E esse PL traz esse risco para nós.

O que aconteceu? O Conpresp que é um dos Órgãos por onde passou o PDDI, de forma muito atropelada também, nós acompanhamos de perto essa passagem no Conpresp, mas não conseguimos acompanhar no Condephaat, porque é muito mais difícil ali, e no final das contas, depois de negociações que a gente não pôde acompanhar, foi feito um parecer, onde o Conpresp solicita ao Instituto Butantã que regularize a sua situação junto à Prefeitura, pedindo um PIU privado, específico, para ZOE, onde ele está instalado.

E o que fez o Instituto Butantã, não sei por qual caminho, nem por qual ação junto ao Poder Executivo, fez um PL que altera um PIU já aprovado, para assim colocar um jabuti dentro desse PIU aprovado para não fazer todo o processo que um PIU específico precisaria, que inclui consulta popular, estudos de impacto de vizinhança, estudos de impacto ambiental e estudos de alternativas vocacionais.

Então, esse processo tem algum problema, aproveitando um PL já aprovado para embutir um Projeto, que é um Projeto específico, que deveria ter um PIU específico pela legislação municipal.

E, se for aprovado, após estar embutido em um PIU já aprovado, em um processo que é de 2024, que a gente não acompanhou, porque é o PIU Arco de Pinheiros... só mais duas coisinhas... Ela poderá ser regularizada por Decreto, essa zona industrial. Isso é um risco enorme para a população aqui no entorno.

Eu queria, também, chamar atenção que o Ministério Público acompanhou esse processo desde 2022, a nosso pedido, e existem pareceres técnicos do CAEX, que é o Órgão técnico do Ministério Público, que aponta as irregularidades das obras do Instituto Butantã, inclusive nas bacias hidrográficas, que eu vi o Instituto Butantan está propondo uma construção em cima da Bacia do Piano Paramirim. Ali é um APP.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva - MDB) – Professora, a Sra. pode concluir, por favor? Já passou um minuto do seu tempo.

A SRA. SONIA IMPÉRIO HAMBURGER – Então, eu acho que existe documentação que aponta outros caminhos para essa expansão. Nós somos a favor da expansão. Nós somos a favor da vacina. Nós queremos o Instituto Butantan forte, inclusive que possa se expandir novamente, que possa investir num numa expansão que seja novamente investida daqui a cinco anos, a 10 anos.

Nós queremos pensar grande, pensar forte com uma expansão em outro local.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva - MDB) – Muito obrigado. Próximo... Sr. Max Christian Frauendorf, depois, a Sra. Edimaura Rodrigues, Sra. Júlia Maiara.

SR. MAX CHRISTIAN FRAUENDORF – Obrigado. Estou aqui novamente e nessa intervenção, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva - MDB) – O Sr. já se manifestou hoje?

SR. MAX CHRISTIAN FRAUENDORF – Sim. Eu me manifestei presencialmente, não posso falar novamente? Tem certeza? Está no Regimento?

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva - MDB) – Absoluta. Por favor, quem determina é o Presidente. Muito obrigado.

SR. MAX CHRISTIAN FRAUENDORF – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva - MDB) – Próximo inscrito, a Sra. Edimaura Rodrigues. Sra. Edimaura.

Por favor. Só gostaria que, até para que a gente mantivesse a ordem, quem já se pronunciou, como a Sra. ...Esqueci o nome da Sra, desculpe-me...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva - MDB) – A D. Andréia, quando eu a chamei novamente, ela já se pronunciou e declinou dessa fala, porque ela já tinha se manifestado. Só quero pedir para que as pessoas respeitem, por favor.

A SRA. EDIMAURA RODRIGUES – Boa tarde para todos. Eu, na realidade, não, não gostaria mesmo de ser redundante. Então, vou - na realidade, acho que o ponto principal que quero destacar, que falo -, como moradora do Morro do Querosene, Vila Pirajussara, no Butantã, há 40 anos, e além disso, trabalhei 38 anos no Centro de Saúde-escola do Butantã. Então, sou vizinha, fui vizinha ao Instituto Butantan durante praticamente quase 40 anos, somando como tem uma experiência visual e sensorial muito intensa no Instituto.

Eu trabalhei... a minha janela, dava para o Horto, e eu gostaria de reiterar o nosso papel como profissional de saúde e reiterar nossas preocupações com os riscos biológicos e todas as questões que já foram levantadas que vão impactar a vida dos moradores. Então, estou aqui falando como trabalhadora da saúde pública, totalmente sensibilizada pela produção e expansão das vacinas e muito grata a, durante a pandemia, a importância que o Instituto Butantã, foram criadas condições políticas, embora naquela situação, nós estávamos mergulhados na necropolítica, a política da morte.

Então, represento aqui trabalhadores da área de saúde pública, que nós estamos na ponta, porque não basta só expandir e produzir vacinas e exportar vacinas, existe um interesse econômico muito grande também nesse tipo de empreendimento. Evidentemente, que o objetivo maior é a saúde da população. Então, falo principalmente como trabalhadora, e hoje aposentada, totalmente solidarizada com a expansão do Instituto Butantan, e falo - também - como representante das pessoas que moram no entorno, e gostaria de fazer um convite a todos os Vereadores que vistam a nossa camisa.

Acho que, a partir de todas as contribuições, todo o envolvimento da comunidade, nós estamos aqui não só fazendo um apelo, porque o nome SOS Instituto Butantan tem um caráter apelativo, mas é sobretudo o nosso direito de fala e de participação, que nós não vamos

abrir mão. Nós falamos pela cidade de São Paulo, e – portanto – Srs. Vereadores e Vereadoras, vistam a nossa camisa.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito obrigado.

Sra. Júlia Maiara, está aqui que declinou. É isso mesmo, Sra. Júlia? A próxima é a Júlia Ferreira Borelli. Sra. Júlia Borelli, presente. Também está declinando. Sr. João Franco Barbosa, online. Presente? Não? E, por fim, a última inscrita, depois, vamos passar aos Vereadores e Vereadoras... a Sra. Anely, que é da Associação Conselheira do Meio Ambiente.

É a última inscrita, depois serão os Vereadores e Vereadoras.

A SRA. ANELY - Eu saúdo a Mesa e a plateia, que é o auditório.

Eu sou Conselheira do meio ambiente regional do Cads, e - infelizmente - essas discussões não chegam lá nas nossas comunidades, na região.

Parabenizo o Movimento, e quero dizer aqui que sou solidária a vocês, porque eu também estou numa mesma situação na minha região.

Mas, não 6.000 árvores, mas como disse a Mônica, um, uma ou mil, não faz. Elas fazem a diferença na qualidade de vida ambiental dos animais e, principalmente, na saúde.

A expansão das vacinas.... Agora, vamos fazer um cálculo simples, vacina salva vidas, correto? E, se a expansão das vacinas, vai desmatar... E aí, as doenças respiratórias não serão um número maior? Vai vencer esse cálculo? Então, é um cálculo simples: desmatamento aumenta o quê? O efeito estufa aumenta a emissão de gases de carbono. E esse gás faz o quê na saúde da população? É assim, pessoal.

Falta realmente o diálogo, falta a comunicação. Eu passo por isso na minha região.

Assim... fiquei aqui ouvindo aqui aquela que disse que enviou duas cartas e não teve resposta.

Srs. Parlamentares, Srs. Diretores, ouçam a população. Vocês têm filhos, não tem? Vocês têm crianças, não tem? Tem família? E o futuro das nossas crianças? E o futuro dos nossos animais? E o futuro do planeta? E o futuro do nosso planeta?

Estou, na nossa região - bem rápido - na questão da Ponte Graúna-gaivotas. A nossa discussão.... Hoje, estou aqui maravilhada com essa audiência pública que vocês tiveram voz. As nossas audiências públicas lá na região, a gente não pode falar desse jeito. E não foi aproveitado o que foi colhido nas audiências públicas da nossa região. Eu espero que tudo aqui seja devidamente aproveitado e documentado, para que, no momento em que os Vereadores ouvirem, possam fazer a diferença. Esta é a história não só de São Paulo, mas também das nossas famílias e do nosso bairro. Não estamos aqui apenas para defender uma árvore, mas a nossa história.

Na minha região, em um raio de aproximadamente 400 metros, serão suprimidas 287 árvores. Entre elas, há exemplares de pau-brasil e ipê-amarelo, espécies de valor reconhecido internacionalmente.

Sei que há uma reunião importante com o pessoal. Agradeço também a presença da equipe da SP Obras. Parabéns. É fundamental que, ao elaborarem seus projetos, vocês entrem em contato com as lideranças comunitárias e com os movimentos que conhecem a história de suas comunidades. Está faltando comunicação. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito obrigado, Sra. Anely.

Estão encerradas as inscrições de forma virtual. Obrigado pelo respeito. Ao final, se possível, a senhora poderá entregar o documento.

Agora, com a palavra, o Vereador Nabil.

O SR. NABIL BONDUKI – Bom dia a todas e todos. Cumprimento o Movimento SOS Instituto Butantan, na figura do Dr. Esper Georges Kallás, Diretor Presidente do Instituto Butantan, e os Vereadores desta Casa.

Tenho várias questões a tratar e começarei de forma objetiva. Dr. Esper, tenho oito perguntas, pois considero importante sistematizar o que foi discutido até aqui. Além de suas respostas, sugiro ao Presidente – que não está presente neste momento – que, na próxima audiência pública da Comissão de Política Urbana, possamos convidar especialistas para que esses temas sejam tratados com mais profundidade e clareza.

A primeira questão diz respeito ao risco biológico relacionado à produção de vacinas. Seria importante que o senhor esclarecesse, mas, como é parte diretamente envolvida, recomendo também a presença de outros professores e pesquisadores para que possamos abordar o tema com isenção. Essa não é uma questão restrita ao Instituto Butantan, visto que temos uma indústria química na cidade – como bem representa nosso colega Hélio Rodrigues, Vereador e Presidente do Sindicato dos Químicos de São Paulo – e centenas de fábricas de produtos químicos e farmacêuticos.

A segunda questão é: qual o tempo necessário para que as fábricas previstas possam, eventualmente, ser transferidas para outro terreno? Qual seria a diferença de prazo entre a construção das unidades no Instituto Butantan e a instalação em outro local? Essa é uma questão central para pensarmos uma solução.

A terceira questão refere-se à situação dos terrenos. Para contextualizar: participei de uma reunião com representantes do movimento e com o Dr. Esper há cerca de dois meses, antes mesmo da chegada do projeto a esta Casa. Fomos informados de que havia uma negociação com o Governo do Estado para a obtenção de um terreno no Jaguaré, área com perfil mais industrial. Posteriormente, informei ao Dr. Esper sobre a existência de outro terreno pertencente ao patrimônio da União, também no Jaguaré, que poderia ser utilizado na expansão do Instituto, desde que haja interesse e viabilidade. Portanto, gostaria que esclarecesse como está essa possibilidade.

A quarta questão diz respeito às providências para reduzir o ruído gerado pelo biotério. Esse ponto foi discutido na referida reunião, e é algo central, pois têm havido diversas reclamações por parte dos moradores do entorno. Já levei essas preocupações ao senhor anteriormente.

Por fim, uma pergunta mais difícil de responder no curto ou médio prazo, mas talvez possível a longo prazo: qual seria a possibilidade de transferência do biotério? Considero que ele esteja deslocado em relação ao setor do Instituto destinado às atividades industriais e laboratoriais. Considero que ele esteja deslocado em relação ao setor que certamente já está

comprometido. Qual foi o custo disso? Obviamente, trata-se de algo que envolve custos e aquisição de terreno.

A quinta pergunta, relacionada também à questão do impacto sonoro do biotério, é: qual é o impacto de ruído e de outros tipos gerados pelos novos edifícios previstos para essa área?

A sexta questão é um esclarecimento: o Instituto Butantan continua mantendo relação com o arquiteto Faggin, que prestou serviço na elaboração do Plano Diretor do Instituto Butantan? Quem está atualmente responsável por essa revisão? Sabemos que, conforme o Estatuto da Cidade, todo Plano Diretor, assim como qualquer projeto urbanístico, pressupõe processos participativos. Isso já foi mencionado e está previsto em legislação. Portanto, se o Plano Diretor está sendo revisto – como foi mostrado aqui –, ele exige a constituição de um grupo de acompanhamento, o que considero fundamental.

Por fim, a última pergunta, que julgo muito importante: existe alguma perspectiva de retomada da proposta de privatização do Instituto Butantan? Essa proposta foi levantada alguns anos atrás, salvo engano no início do Governo Doria, antes de o governador utilizar o Instituto como instrumento de propaganda política – o que, de fato, acabou acontecendo. Não quero fazer um julgamento, porque, naquele momento, o Instituto Butantan representou uma contraposição à linha negacionista adotada.

Gostaria de deixar essas perguntas registradas e fazer alguns comentários importantes. Em primeiro lugar, sobre a questão da produção de vacinas pelo Instituto Butantan, muito do que foi apresentado aqui se insere em um contexto mais amplo. Estamos, neste momento, diante de um cenário sério em defesa da soberania nacional. O ataque que sofremos por parte do Governo Trump está diretamente ligado a essa questão.

Portanto, considero fundamental garantir, não apenas na área de vacinas e da saúde, mas em todas as áreas, o desenvolvimento científico e a autonomia na produção nacional. Digo isso para reforçar a importância da expansão do Instituto Butantan. Como já foi mencionado, ninguém em sã consciência pode ser contra isso. Pelo contrário, esse processo ganha ainda

mais relevância no contexto atual.

Gostaria também de destacar o seguinte: não sei se isso precisa ser feito hoje ou em uma próxima audiência pública, mas acredito que seja necessário analisarmos com calma a proposta do mapa do substitutivo. Embora tenhamos visualizado rapidamente uma imagem, conheço bem o mapa elaborado pela Bancada do PT, da Rede e do PSB. Esse substitutivo foi baseado nas quatro edificações destinadas à produção de vacinas que haviam sido previamente indicadas pelo próprio Instituto. O desenho apresentado por nós corresponde a uma área significativamente menor do que a proposta mostrada aqui hoje.

Diante disso, gostaria de cumprimentar o Instituto Butantan e a Liderança do Governo por já terem apresentado uma terceira solução – uma nova proposta. No entanto, é preciso avançar mais. Quando desenhamos a área prevista para o projeto, ela estava estritamente vinculada aos edifícios destinados à produção de vacinas, que considero o elemento central, buscando ao máximo minimizar qualquer tipo de supressão de vegetação. Além disso, nosso substitutivo inclui uma série de outros pontos no texto, que podemos discutir e tentar pactuar posteriormente.

Alguns pontos são óbvios. Por exemplo, o ruído gerado pelo Instituto Butantan como um todo deve estar em conformidade com o que é permitido na ZPR – Zona Predominantemente Residencial, inclusive no que diz respeito aos limites de emissão sonora, para que possamos garantir a segurança da população.

Outro ponto importante refere-se à área classificada como AP 4, que não seria destinada à construção de edifícios. Nessa área, não deve ser permitida a supressão de vegetação nativa. Qualquer remoção de vegetação exótica ou invasora deve ser compensada por meio do plantio de vegetação nativa – algo que, ao que parece, já está previsto. No entanto, não podemos confiar apenas na palavra. Por isso, é necessário que essa exigência conste expressamente no projeto de lei.

Além disso, deve-se prever uma compensação ambiental, que não se restrinja apenas ao terreno do Instituto, mas que também beneficie o entorno. Há, por exemplo, um

corredor ecológico com grande importância, que se conecta ao Parque da Fonte, localizado ao lado do Morro do Querosene. Ou seja, a população do entorno precisa ser beneficiada por essa intervenção, garantindo contrapartidas ambientais claras. A mesma lógica se aplica aos cursos d'água, como também foi apontado pela Sônia Hamburger.

Haveria ainda outras observações a fazer, mas acredito que estas já são suficientes. Considero essas perguntas fundamentais para que todos possam compreender melhor a dinâmica deste processo.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Obrigado, Vereador Nabil Bonduki.

Devolvo a condução dos trabalhos ao Presidente Vereador Rubinho Nunes. Antes, porém, apenas para contextualizar, destaco que o primeiro Vereador a se manifestar foi o Vereador Nabil Bonduki, e ainda há mais nove Vereadores inscritos, apesar de estarmos no limite do tempo previsto, conforme informado por V.Exa.

- Assume a presidência o Sr. Rubinho Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Agradeço ao Vereador Fabio Riva e ressalto que os demais Vereadores terão um tempo de até cinco minutos para suas manifestações. Peço à assessoria que ative o cronômetro, para que possamos manter a ordem.

Passo agora a palavra ao Dr. Esper, para que, se desejar, possa responder às perguntas feitas pelo Vereador Nabil. Se preferir, as respostas poderão ser apresentadas ao final.

O SR. ESER GEORGES KALLÁS – Agradeço mais uma vez pelas manifestações...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Dr. Esper, os Colegas Vereadores estão pedindo para que as respostas sejam dadas ao final. Pode ser?

O SR. ESER GEORGES KALLÁS – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Agradeço por mais essa gentileza, Dr. Esper. Muito obrigado.

Tem a palavra o Vereador Hélio Rodrigues.

O SR. HÉLIO RODRIGUES – Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento o Movimento SOS Instituto Butantan, os Vereadores presentes e o Dr. Esper, Presidente do Instituto Butantan.

Serei breve, pois entendo que este tema é mais afeito à Comissão que trata da área, e meu colega de Bancada, o Vereador Nabil Bonduki, domina profundamente o assunto. Não pretendo me alongar para evitar imprecisões.

Gostaria de falar como ex-morador da Vila Gomes, da Rua Dr. Ernani da Gama Corrêa – onde meu filho ainda reside – e também como Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Química e Farmacêutica. Conheço o Instituto Butantan desde 2011, por meio da representação sindical dos trabalhadores. Considero um equívoco grave desmerecer o papel do Instituto Butantan. Ele é fundamental desde a sua fundação até os dias de hoje. Acredito que ninguém aqui seja contra o Instituto. Pelo contrário, ele desenvolve pesquisa e tecnologia de ponta. Por que o Instituto Butantan deve permanecer onde está? Porque, inclusive, nas bolsas de mestrado e doutorado, os estudantes da USP – de Veterinária, de Biologia, entre outras áreas – realizam suas pesquisas e teses ali, dentro do Instituto. A produção científica é essencial e precisa ser preservada.

Dito isso, podemos – e devemos – discutir a localização da produção. Ela é, de fato, necessária naquele local? Mesmo sendo um Vereador de esquerda, ouço a seguinte pergunta: “Mas você não defende a indústria pública?” Sim, defendo. No entanto, entendo que a indústria privada também pode realizar esse tipo de produção com tranquilidade. O mais importante é o fármaco, é a pesquisa que o sustenta. E, uma vez desenvolvida, pode ser produzida por diferentes agentes. Não acho que seja tão estratégica essa produção, mas reconheço que ela é fundamental.

Agora, a Fundação Butantan, nós temos problema – e muito problema. Primeira coisa que eu queria dizer, que é uma pergunta, tentando imitar o meu Vereador, meu amigo de Bancada Nabil Bonduki, é se: existe fábrica ou não, hoje, de produção lá no Instituto Butantan? Essa é a pergunta que eu deixo. Porque se existe fábrica lá hoje, na audiência que tivemos no

Ministério do Trabalho, a Fundação mentiu, porque ela falou que não tem trabalhador da indústria lá. Tanto é, Fabio Riva, que hoje quem representa os trabalhadores da Fundação Butantan nessas fábricas é o Senalba, não é o sindicato ligado à produção. O Senalba é o Sindicato dos Empregados, Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional. Não é o sindicato ao qual o seu Presidente representa.

Então, se existe fábrica lá, eu quero saber, porque nós precisamos responder isso aqui; nós estamos com o processo. E aí, Dr. Esper, eu gostaria de dialogar com a Fundação, com o Instituto, para a gente corrigir isso. Se existe lá hoje, nós temos que ter a representação legal. E sobre a Fundação Butantan, ao longo de todos os anos que eu tenho acompanhado, Vereador Fabio Riva, a gente não consegue aprovar um requerimento de informação na Assembleia Legislativa para saber como é que está a situação das finanças da Fundação Butantan.

Sabemos qual é o jogo do Parlamento aqui, nós sabemos qual é o tamanho. Por isso o substitutivo foi muito criticado. Talvez alguns companheiros não entenderam o substitutivo que fizemos, porque sabemos qual é a correlação de forças. Então, quando a gente apresentou o substitutivo – e já acho que a gente está caminhando para uma conversa melhor –, quando você diminui a área, como o Professor Nabil falou, queremos saber qual é o tamanho do mapa. Mas, efetivamente, hoje, se você for olhar, Fabio Riva, para aquele espaço lá, o impacto que vai ter na vizinhança, esse volume de carga que vai ter... porque quem conhece lá a Corifeu, a Vital Brazil... Como você vai transitar com cargas naquela região?

Assim, a gente está aqui na nossa Bancada e orientados pelo experiente Vereador Nabil Bonduki para fazer diálogo. Mas nós queremos deixar registrado que hoje há um desvirtuamento do instituto Butantan, porque é um instituto para pesquisa e desenvolvimento importantíssimo para nossa cidade. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereador Hélio. Agradeço pelo tempo.

A SRA.ELENI ROCHA – O Hélio foi eleito agora o presidente municipal do PT. Mas

ele é muito bom, viu?

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Vereador, eu vou pedir aos colegas que não se manifestem, por gentileza.

Vereador Celso Giannazi, por gentileza.

O SR. CELSO GIANNAZI – Bom, boa tarde a todas e todos. Quero cumprimentar aqui meus companheiros da Mesa, Vereadores, Dr. Esper, também saudar aqui o SOS Instituto Butantan, a população daquela região, a população da cidade de São Paulo, por essa discussão que a gente está fazendo aqui. Em primeiro lugar, nós já aprovamos aqui – aliás, aprovamos não, foi submetido à aprovação aqui na Câmara Municipal – esse projeto em primeira votação; nós votamos contra porque entendemos que é um projeto totalmente inapropriado. Mas eu gostaria de colocar, refrisar o tempo inteiro para que a *fake news*, as mentiras, não parem por aqui, porque nós votamos contra. A Bancada do Psol se colocou contra esse projeto da forma como estava. Mas a gente defende a vacina, a gente não é negacionista.

O Governo Federal, nos últimos quatro anos lá do governo Bolsonaro, com mais de 700 mil pessoas que morreram no nosso país, se não fosse o Instituto Butantan, talvez nós teríamos mais pessoas perdendo suas vidas. Então, a gente defende o Instituto Butantan, a gente defende a vacina e defende a ciência. E aqui acho que há uma unanimidade: não vi uma pessoa sequer nessas falas todas indo contra a vacina, indo contra o Instituto Butantan e também indo contra a ampliação da fabricação de vacinas na nossa cidade, no nosso estado e no nosso país. Então, a gente tem um consenso com todas as pessoas aqui e agora.

Conheço muito bem aquela região ali que cerca o Instituto Butantan, a Rua Corinto, a Leonardo Mota, a Sousa Reis, do outro lado do Morro do Querosene. Neste domingo eu estive lá naquela região, num apartamento, num prédio, olhando para a mata do Instituto Butantan. E há uns 15, 20 anos atrás a gente olhava aquela mata e, à noite, era uma escuridão, porque há um adensamento de árvores ali gigante. Hoje eu convido vocês, o governo, a irem lá também fazer esse movimento, ir lá, porque vão ver um clarão já aberto ali no meio da mata; um ruído ensurdecedor já para os moradores que habitam aquela região; estão causando um impacto de

saúde pública, impacto para fauna, para a flora, de um barulho, ruído, que a Prefeitura de São Paulo já deveria coibir. Se fosse sério, a gente já estaria multando o Instituto Butantan pelo ruído que tem ali hoje.

Hoje, naquela região, a gente tem que a cidade de São Paulo, infelizmente, a prefeitura, essa administração do Prefeito Ricardo Nunes, não dá muita atenção à saúde pública voltada para o ruído. E temos acho que 35, 40 fiscais do PSIU para fazer a fiscalização da cidade toda e certamente eles não irão lá fazer essa medição de ruído, esse ruído que prejudica a população ali.

Então, muitas coisas a população que mora ali colocaram e é muito importante que a gente faça esse debate. Existem outras oportunidades, outras possibilidades de a gente fazer esse debate de instalar um parque fabril. Nós temos na cidade de São Paulo um processo – no Estado todo – de desindustrialização. Tem espaços ociosos para construção de uma fábrica. O Vereador Nabil colocou aqui oito pontos e eu também gostaria de acrescentar mais um, que é a gente poder estimar qual impacto vai causar a construção dessa fábrica ali naquele território, afetando a Universidade de São Paulo, que os alunos estão ali, tem os institutos ali das faculdades, colados ali no instituto Butantan, que vão sofrer com ruído.

Agora eu gostaria de fazer a pergunta: para quantos anos está prevista esse benefício, essa produção de vacina ali na cidade, no instituto Butantan? Porque a gente está pensando numa fábrica para cinco, para dez, para quinze anos, ou a gente vai de novo fazer revisão do Plano Diretor? Porque a Casa, a Câmara Municipal fez uma revisão do Plano Diretor de 2023, e fizemos várias audiências públicas. Infelizmente, o número de audiências ainda é insuficiente, mas foram feitas audiências públicas, nas quais tivemos debate e esse debate não constou no Plano Diretor.

Então, agora de uma forma oportunista, a Administração vem e coloca um projeto para aumentar o padrão ali para poder construir prédios naquela região – uma região que não é uma região de construção de fábricas, em que a gente tem um impacto. O Vereador Hélio colocou muito bem ali. Quem acessa a Vital Brazil, a Corifeu de Azevedo Marques, já sente que

é o caos, há um caos do transporte público naquela região, não tem saída para carga e descarga de caminhões, com uma fábrica para quatro mil trabalhadores, como foi dito aqui pelo Dr. Esper, de se colocar quatro mil trabalhadores naquela região.

Então, a gente quer o aumento da produção de vacina no nosso país, pois a gente defende a ciência, mas a gente não quer à custa dos riscos ambientais, dos riscos de saúde pública, dos riscos da educação, porque daqui a pouco vão querer acabar com a Universidade de São Paulo – já que está ali, vizinha. Então, são muitos riscos envolvidos e a gente tem esta possibilidade: o Governo Municipal – o Prefeito Ricardo Nunes – e o governo estadual são aliados políticos, podem conseguir um terreno para a construção de uma fábrica para a produção de vacina no estado de São Paulo. É por isso que fazemos nosso apelo aqui, para que seja feito.

Parabéns ao movimento.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Vereador Gabriel Abreu. (Pausa)
Dispensa. Obrigado, Vereador Gabriel. Vereador Murilo Lima está ausente. Vereadora Marina Bragante.

A SRA. MARINA BRAGANTE – Obrigado, Presidente. Eu estou super sem voz, então vou falar bem rapidamente.

Eu queria começar falando da relevância dessa audiência pública, não só para o caso do Butantan, mas para a democracia no nosso país, porque esse é espaço onde a gente, que foi eleito para representar a cidade, senta para escutar. É muito relevante, é muito importante.

E acho que é até bom ficar sem voz, daí eu falo menos, escuto mais.

O que me chamou atenção para esse projeto, no primeiro momento, foi a história das seis mil árvores. Eu fui eleita muito pautada na discussão, na prevenção e no cuidado com o meio ambiente, com o clima, na nossa cidade. Mas hoje, durante a discussão que a gente fez em torno da primeira votação, acho que outras coisas muito relevantes foram aparecendo também. E aí eu entendo, quando o projeto que foi apresentado hoje em poucos slides – portanto, de fato a gente precisa se aprofundar e se debruçar nele para entender melhor –, ele traz que talvez a gente comprometa algumas árvores. E eu entendo o desespero da população,

porque a gente está vivendo um momento de emergência climática e todas as árvores fazem a diferença.

A gente está muito aquém do que a gente precisaria para ter uma vida saudável e decente na nossa cidade. Então, cada indivíduo arbóreo que é morto é relevante, impacta na nossa saúde.

Também quero fazer uma fala de reconhecimento do Instituto Butantan, das nossas vacinas, do SUS, que é um orgulho para a gente aqui no país. E é especialmente relevante a gente reforçar essa história das vacinas, devido à nossa história recente. Assim, cabe a gente reconhecer o papel do Instituto Butantan para nossa sociedade.

Eu queria agradecer a população que veio aqui hoje. Eu adorei o berimbau e a música, porque eu acho que a cultura e a arte conectam a gente em outro espaço, que o espaço da política hoje está se distanciando. E aí a gente fica num embate que todo mundo já sabe o que quer falar e já sabe o que não quer escutar. Acho que a arte tem o poder de fazer com que isso mude um pouco. Portanto, muito obrigada. (Aplauso)

Então, acho que tem várias perguntas que foram feitas pela população, que foram feitas pelo Nabil, que precisam ser respondidas. A gente precisa saber das respostas, até para poder pensar, inclusive, o nosso voto aqui no processo.

Eu não vou refazer as perguntas, mas acho que tem algumas coisas importantes para a gente reforçar. O projeto do plano de restauração ecológica: quanto tempo, como vai ser feito, por que vai tirar essa ou não aquela, quais são plantadas no lugar? É importante a gente entender o porquê, senão a gente fica num espaço de cheque em branco. A gente vai recuperar a área impactada pela construção do biotério, que foi anterior? Ela está prevista nessa restauração? Como está pensado? Por que nesse terreno e não em outro? Por que a gente vai insistir nesse terreno se a população inteira bora lá do lado, tem pedido para não se lá? Qual é o impacto esperado do trânsito, do ruído, do risco biológico que foi trazido aqui hoje e qual é o plano para minimizá-los?

É preciso a gente conhecer, discutir o substitutivo, que a gente ainda não conhece

com profundidade e seriedade que o caso merece. E por isso eu queria colocar o meu gabinete à disposição, tanto da população quanto do instituto Butantan. Eu conversei com o Esper durante o processo da primeira votação. A gente falou uma hora pelo telefone. A gente ainda tem muita coisa para se aprofundar na discussão, então o meu gabinete está aberto para vocês, para o Instituto, para também virem falar, para a gente pensar como a gente melhora essa relação, junto com a população, porque a política é esse espaço. É espaço de convergência?

Numa cidade tão complexa, tão grande, tão diversa como São Paulo, se a gente não tiver espaços onde a gente possa escutar os lados diferentes e pensar junto com os lados, um espaço por onde a gente caminha para garantir que a gente tenha mais vacina, porque elas são absolutamente relevantes para a gente cuidar da árvore, do corredor ecológico, da fauna naquele território, mas também para a gente lembrar que a cidade são seres humanos e que a gente precisa cuidar das pessoas que aqui estão já, porque a vida aqui está muito difícil e ela precisa melhorar.

E isso tem que ser o compromisso de todos nós, 55 Vereadores e Vereadoras que foram eleitos, bem como dos servidores públicos e da população. E acho muito relevante a gente ter gente que vem aqui para contar o que está acontecendo lá, para a gente poder encontrar esse espaço de convergência. Então, só reforçando: o meu gabinete está aberto para a gente poder sentar juntos e pensar caminhos que possam acolher a demanda do Instituto, mas também pensar na população que está lá.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereadora Marina. Vereadora Renata Falzoni.

A SRA. RENATA FALZONI – Obrigada.

Bom, o que a gente está discutindo aqui não é vacina. O que a gente está discutindo é o uso do solo. Está muito claro. Ninguém é contra a vacina, ninguém é negacionista. É sobre a preservação de uma floresta urbana. Não estamos falando de um montinho de água, nós estamos falando de uma floresta urbana. (Palmas)

Também estamos falando sobre o incômodo inevitável que isso vai ocorrer em cima da população do seu entorno. Isso são coisas inegociáveis no meu entender e no entender de todo mundo que está aqui.

Então, vamos falar um pouco dessa supressão já aprovada de 6.629 árvores. No meu entender, fazendo um parêntese, a gente tem que começar a discutir esse marco legal que permite esse tipo de coisa em pleno 2025. Em muito pouco tempo - e muito pouco tempo mesmo – vamos estar achando isso um absurdo, como era um absurdo fumar em avião há poucos anos atrás. Como que pode, hoje, um marco legal da cidade de São Paulo permitir extinção de florestas urbanas nativas tão importantes? Então, uma coisa que a gente tem que colocar aqui.

Sem o compromisso, porque tudo o que se fala de supressão, “Ah, nós vamos fazer uma compensação ambiental”. Que compensação? Onde? Qual o plano de manutenção dessas mudas? Como que elas, depois de 20 anos, depois do dano feito, vão conseguir contribuir para o meio ambiente da cidade da mesma forma como contribuía antes? Sendo que a árvore tem uma coisa, desafia. A natureza desafia a própria matemática, é quando um mais um não é dois, e sim, cinco. Duas árvores, uma próxima da outra, têm uma força natural de compensação ambiental muito superior à simples soma. Basta dizer o que foi feito agora recentemente no bosque de bolso, onde foi feita uma supressão de um matinho - entre mil aspas – embaixo, isso tira toda a força daquela vegetação. Então, a gente não tem nem domínio de como a gente permite a supressão de árvores e não entende como manejar as poucas florestas urbanas que temos hoje em dia.

Então, realmente, coloco neste momento, como que pode ter cientistas do Butantan não questionando isso de forma como eu não consigo entender. (Palmas) Como que pode hoje cientistas aprovarem essa aberração? A tal da porteira é a boiada passando.

Tem algo que também temos de questionar neste PL que é a mudança do Plano Diretor para outras duas ZOEs: a do IPT, do Instituto de Pesquisas Tecnológicas; e a do Butantan. Esse desmembramento cria uma ruptura na coerência ecológica urbanista original do PIU. Isso tem que ser levado em consideração. É um marco legal nosso, que a gente não pode

abrir mão. Ele compromete a continuidade do serviço dos ecossistemas prestados por essa floresta urbana. A gente não pode perder isso, isso é muito importante. Sem falar nos impactos da biodiversidade e, claro, o problema do barulho ambiente. Temos o biotério lá, que é um exemplo. Já acontece uma aberração em cima da lei. Assim como nós estamos falando de uma Zona Mista em que 60 decibéis é o máximo permitido, vai lá agora, tem muito mais que 60 decibéis na cidade inteira. Então, nós já estamos falando de flexibilização de algo que já está flexibilizado e não cobrado.

Outra coisa, a mudança que se pretende vai causar nos parâmetros de altura vai causar um sombreamento de áreas verdes. A gente sabe que isso mata floresta. (Palmas)

Eu adoro receber palmas, mas eu estou falando em cima delas, que é para não perder meu tempo ali. Muito obrigada, queridos. Porque realmente a gente se sente bem quando a gente é reconhecida e que nós estamos somando.

A gente vai ter fragmentação dos corredores ecológicos, a gente vai ter um impacto na fauna silvestre urbana que precisa se deslocar por corredores. Então, essas questões não são acessórias, elas são estruturantes.

Faço perguntas. Será que não tem mesmo alternativa a esse projeto? Será que não é viável a gente usar outros galpões, como foi proposto pelo próprio Nabil, no Jaguaré? Vamos falar da Fiocruz. A Fiocruz, no Rio de Janeiro, precisou se expandir. Ela saiu da sede de Manguinhos e foi lá à Santa Cruz. Por quê? Porque atendeu as demandas pensadas, estruturadas de forma ecológica. (Palmas)

Então, a gente tem que realmente questionar essas atividades industrial tão perto da centralidade urbana. Nós temos aí uma batalha que o nosso gabinete está batendo em cima da Saint-Gobain, em plena Santo Amaro, que até hoje está lá soltando fumaça. Como que pode aquilo ainda continuar?

Então, a gente não pode autorizar supressão da vegetação tão grande e sem considerar alternativas que não sejam contrapartidas ambientais claras. E, no meu entender, não tem que suprimir floresta urbana. São Paulo não tem que mais suprimir árvore alguma, tem que

partir de projetos que a gente tem como fazer. (Palmas)

Então, a lei exige preservação, que significa: conciliar o uso responsável, a proteção, a conservação. Não podem ser ignoradas sem rigor técnico e participação social. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereadora. Vereadora Luana Alves.

A SRA. LUANA ALVES – Boa tarde aos Colegas.

Primeiro, queria agradecer a presença dos movimentos sociais da região, ambientalistas, SOS Instituto Butantan. Queria agradecer também a todos os membros desta Comissão por nos abrigar. Sou originalmente da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, mas também sou moradora da região, moro na Vila Sonia, já morei no Butantã, já trabalhei ali pegadinho no Instituto Butantan, no centro de saúde-escola, quase entrando ali no Butantã.

Queria trazer alguns pontos e algumas perguntas ao professor Esper, que, para mim, algumas coisas não estão fazendo nenhum sentido em toda essa discussão. Primeira coisa, nós da Bancada do PSOL, votamos contrário ao projeto e continuaremos votando, porque não tem justificativa nenhuma a supressão de árvores no debate, no momento que a gente está fazendo em relação a mudanças climáticas, em relação à proteção ambiental. O Instituto Butantan, como instituto científico que é, deveria também, na minha opinião, estar bastante preocupado com isso.

Todo mundo é muito orgulhoso do Instituto Butantan. Temos muito orgulho da história desse instituto e, óbvio, entendemos que o Instituto Butantan é uma instituição pública, é diferente de uma empresa farmacêutica. O Instituto Butantan não é, por exemplo, a Pfizer, não é a Sanofi, não é a Biotech, não é uma grande empresa farmacêutica apesar de cumprir um papel fundamental na defesa da saúde do povo brasileiro.

Hoje, a maior fornecedora de programa nacional de imunização do Ministério da Saúde é o Instituto Butantan. A gente sabe a importância do instituto Butantan não só para São Paulo, para o Brasil e para a região, para América Latina inteira, porque o Instituto Butantan

consegue vender para toda América Latina, a gente sabe disso.

Agora, o que a gente está dizendo é que sendo uma instituição pública, tem uma série de fatores que devem ser levados em conta antes de qualquer decisão. O único fator não pode ser produção e lucro. A questão do impacto social, do impacto ambiental tem que entrar na conta e parece que não está entrando.

No começo do governo Doria, o Instituto Butantan sofreu uma das maiores ameaças da sua história. Eu me lembro bem, eu não era Vereadora na época, mas eu me lembro perfeitamente e foi graças ao movimento amplo que envolveu setores políticos, sociedade civil, que inclusive hoje está aqui, que defendeu o Instituto Butantan e que não permitiu que ele fosse privatizado naquele momento, o que causaria uma tragédia para o povo brasileiro. (Palmas)

Então, acho que é importante que se tenha um reconhecimento que o fato de ser uma instituição pública também coloca no Instituto Butantan uma responsabilidade, mas também uma vantagem, que é a defesa da população, que é a sociedade civil tendo orgulho.

Vocês, enquanto uma instituição científica, sabem o quanto, por exemplo, que a questão das mudanças climáticas é muito grave. É muito sério. Aqui vocês estão vendo a população, sociedade civil, municípios preocupados com isso. O setor científico sempre se preocupa com o que a população consiga defender as pautas de defesa da vida. A gente está vendo isso: a população em defesa da vida de forma absoluta. Eu acho que isso tem que ser levado na conta.

Não vi até agora nenhuma justificativa plausível. Eu gostaria de ver, professor Esper, a justificativa detalhada do porquê é inviável a operação fabril na fazenda de Araçariguama. (Palmas) Não chegou até agora.

Gostaria e seria importante para a gente conseguir estar ciente de todas as possibilidades que estão na mesa - faço esse pedido formal, professor Esper - para que vocês apresentem uma simulação de um plano dessa ampliação da capacidade fabril, caso ela seja feita lá. Não é tão perto da Raposo, mas é perto da Castelo Branco, é perto do Rodoanel, enfim, uma região que é boa, na verdade, para a instalação de uma fábrica. Gostaria que isso fosse

apresentado, inclusive com o custo.

Estava conversando com o Nabil e ele falou para mim: “a única coisa que eles me disseram é que seria custoso”. Tá, mas qual é o custo exatamente da implantação em Araçariguama? Porque o que nós estamos dizendo é que todo o impacto social e ambiental, a gente não está falando de uma coisa que vai ser um ano, dois anos. A gente está falando de um plano - e eu falo a gente, porque sendo o Butantan uma instituição pública, todos nós temos um nível de estar junto com vocês. Essa ampliação da capacidade de produção não é uma coisa que vai ser daqui a cinco, 10 anos. É um negócio de longuíssimo prazo. Então, todos os impactos, todos os prejuízos ambientais e sociais para a nossa região, que eu também moro ali, também vão ser acumulados ao longo do tempo.

Então, esse custo, neste momento de fazer instalações a Araçariguama, ainda que vocês considerem alto, será que é mais alto do que o custo que a gente vai ter ao longo de décadas de fábrica ali no meio de uma área densamente povoada em que vai impactar no trânsito, vai impactar no barulho, vai impactar no ponto de vista ambiental? Então, eu peço para os senhores, vocês estão dizendo, a única coisa que eu ouvi é que é custoso. Apresentem para nós quanto que seria, quanto que ficaria, qual que seria um plano, um desenho, uma simulação de quanto que seria a construir essa fábrica lá em Araçariguama ou em outra propriedade que não seja no meio do ambiente urbano.

Repito, no momento em que o instituto Butantan sofrer qualquer outro ataque do governo que vier estadual e ataque em termos de privatização, esse pessoal que está aqui é quem vai defender o Instituto Butantan. (Palmas) Tenho certeza disso. É quem vai estar ao lado da instituição defendendo uma instituição pública que faz ciência e que é um orgulho para todos nós.

Muito obrigada.

- Assume a presidência o Sr. Fabio Riva.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Obrigado, Vereadora.

Bom, a presidência está comigo. Só queria informar a todos que nós teremos ainda

mais uma audiência pública. Então, Dr. Esper, caso exista alguma pergunta que o senhor queira dar uma devolutiva na próxima audiência pública, tenho certeza de que tanto a população como os Vereadores estarão presentes.

A minha fala aqui muito breve. Primeiro queria agradecer aos Vereadores, a população que veio aqui em peso e queria fazer um agradecimento especial ao Dr. Esper Kallás e toda a equipe do Instituto Butantan.

Quando o projeto chegou à Casa, à Câmara municipal, e o papel da liderança do governo é fazer todo o encaminhamento. Inclusive, a primeira votação se deu antes do recesso dos Vereadores e Vereadoras. Deixamos muito claro que entre esse período do recesso e o início dessa primeira audiência pública, nós ouvimos muitos vereadores, os 33 Vereadores que votaram favoráveis ao projeto em primeira votação, eu fiz a interlocução diretamente com o Dr. Esper e levei algumas preocupações, inclusive as que os senhores e senhoras levaram a outros Vereadores, que não são só os Vereadores de Oposição.

Então, o meu papel aqui é ouvir as reivindicações dos Vereadores de Oposição e a gente poder construir o melhor projeto. Mas eu acho que na política a arte é a arte do possível.

Demos um passo importante, Dr. Esper, por isso da sua presença e desta abertura que o senhor deu com a sua equipe de poder entender daquilo que a gente pode aprimorar nos projetos legislativos. Nasce de uma ideia original e, efetivamente, essa ideia pode ser melhorada. Eu acho que aqui a gente avançou nesse substitutivo. Queria agradecer também pelo fato desse avanço. Aqui a gente vai dando um passo de cada vez, mas foi um passo largo que demos inclusive nessa questão ambiental.

Está aqui a Tamires, que representa o Secretário Rodrigo Ashiushi, da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, que também nos colocou, inclusive, a pertinência da oitiva da Secretaria do Verde. Na próxima audiência pública, nós vamos ouvir também a nossa Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Mais um passo importante.

Quero deixar muito bem claro aqui que já existia um projeto aprovado onde o Instituto já teria esta autorização de fazer inclusive a supressão com compensação. O fato de encaminhar

esse projeto para fazer uma modificação em um PIU, que é o PIU Arco de Pinheiros, foi para que a gente tivesse o menor impacto ambiental possível e atendesse às necessidades do Instituto.

Então, esta Câmara Municipal está se debruçando em cima de um projeto que vem da sensibilidade. Alguns gostem ou não gostem da sensibilidade do Instituto e da presidência do Instituto de entender que preservar uma grande quantidade de árvores é benéfico para o meio ambiente e vai atender a questão da fábrica de vacina, ou seja, daquilo que o Butantan faz e é referência, como já foi dito.

Então, da liderança do governo, faço esse agradecimento a você, aos Vereadores que fizeram essa contribuição, a vocês. Entre esta primeira audiência pública e a segunda, com certeza vamos ouvir, aprimorar, ver aquilo que é possível e aí, sim, levar o projeto para a votação com a certeza ou com aquilo que é possível ser feito pelo processo legislativo. Mas vamos deixar muito clara a questão da supressão das árvores, o que vai ser plantado, o gabarito. Acredito que podemos fazer um exercício com a Chefe de Gabinete da Casa Civil; com o nosso secretário Enrico Misasi; a Kiki, que também está acompanhando. Então, teremos um trabalho até a próxima audiência pública e, quiçá, até a segunda votação.

Então, agradeço e já passo a palavra ao senhor. Temos um tempo, Dr. Esper, que a ideia era que encerrássemos às três e trinta. Então, se V.Exa. puder dentro desse tempo. E aí, o que não for possível nesta audiência pública, retomaremos na próxima e o senhor continua com as respostas necessárias. Muito obrigado. Muito obrigado a todos, obrigado.

O SR. ESPER GEORGES KALLÁS – Agradeço, mais uma vez, a oportunidade de ter a fala. Peço desculpas, porque não sei se vou conseguir atender a todas as perguntas. São várias delas e em um período tão curto. Vou tentar correr. Peço desculpas se eu passar um pouquinho do tempo. Me perdoem.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Pode passar.

O SR. ESPER GEORGES KALLÁS - A primeira coisa antes de começar a falar, quero dizer que o Instituto Butantan é uma instituição pública e defendemos com unhas e dentes a manutenção do Instituto público. Isso é uma conquista do estado de São Paulo. Foi criado há

124 anos. Vamos fazer 125 anos, enfim, 23 de fevereiro do ano que vem. Todos vocês estão convidados a ir lá celebrar conosco essa data. E pretendemos fazer uma grande festa para coroar a conquista que todo mundo fez ao longo do tempo tão longo. Sou só mais um dentro dessa história, que pretendo levar isso para adiante e consolidar esse papel que o Instituto Butantan tem, que não é só na cidade de São Paulo, é no estado, é no Brasil e é no mundo.

Mas também quero dizer para vocês, tentar passar para vocês a importância estratégica que é esse Instituto. Nós, às vezes, não apreciamos o quão importante ele é e não é por minha causa e nem de todos que estamos aqui, mas de toda essa história que foi construída. Além da de ser uma instituição de pesquisa, desenvolvimento, inovação, educação, cultura e preservação do meio ambiente, esse conceito de saúde única, embora tenha sido discutido agora, surgiu na criação do Instituto. Fazemos isso desde os seus tenros dias que veio virar o que é. E quando vejo algumas pessoas falando que não damos atenção para esses aspectos, isso me entristece, porque é o que fizemos na nossa história, de estudar a natureza; de preservar a Ilha da Queimada Grande e as suas cobras que estão lá; de entender os animais que circulam na nossa natureza.

Ontem, abri no Butantan um Congresso Mundial de Malacologia, que é o estudo das lesmas e das ostras. Estamos recebendo especialistas do mundo inteiro para entender a diversidade. Então, quero que vocês saibam disso. Quando ouço essas palavras, pode criticar, pode vir em cima de mim, não tem problema. Mas tem gente que dedicou a vida, dentro do Instituto, para estudar isso. E, algumas vezes, acho que as pessoas podem ficar ofendidas e não queria que isso acontecesse. Só ressalto isso para todo mundo.

A segunda coisa é que o Sistema Único de Saúde é uma das maiores conquistas da história do Brasil. Dediquei a minha vida inteira para trilhar conquistas, para achar soluções para esses problemas. Participei do início do tratamento antirretroviral. Nós que ajudamos a descobrir a profilaxia para a exposição e a preservação de transmissão entre pessoas de alta vulnerabilidade. Nós que fizemos estudo da vacina da dengue, que chegou agora. Fui o

investigador principal do estudo da Coronavac, que foi a primeira vacina utilizada no Brasil. E sempre lutamos pela saúde pública.

Mas a saúde pública brasileira, através do SUS, tem um problema. Ela não vai ser viável com os custos que estão aumentando. Não vai. O valor das medicações, o valor das novas vacinas, o valor das novas intervenções. Agora tem terapia de células CAR-T para tratamento, em que um tratamento custa cinco milhões. Se não tivermos soluções nacionais, o SUS quebra, e queria que vocês soubessem disso. Dependemos de dinheiro de fora, de produto de fora que temos de pagar um valor exorbitante. Se não tivermos uma solução dentro do Brasil, se não tivermos pesquisa, desenvolvimento e inovação, transferência de tecnologia, estabelecimento de infraestrutura para a produção, não teremos condições de oferecer saúde para todo mundo, na medida em que as coisas forem evoluindo.

E mais que isso. Quantas empresas produzem vacina no Brasil da grande indústria farmacêutica? Quantas produzem da indústria privada brasileira? Sabe quantas? Zero. Zero. Quem produz, para defender as pessoas de doenças transmissíveis no Brasil, são duas instituições: Instituto Butantan e Fiocruz. Todas são públicas.

Então, quando escuto falar da urgência, quanto tempo que precisamos para entregar esses produtos, quanto tempo preciso terminar uma fábrica, quanto tempo preciso entregar a vacina para ser distribuída no Ministério da Saúde, é para ontem. Não se iludam. Se perdemos um ano, dois anos, três anos, cinco anos para botar uma fábrica em outro lugar, vai vir uma indústria de fora e vai ocupar esse lugar e vai cobrar prêmio. E isso, o que estamos tentando fazer é resgatar uma capacidade produtiva de inovação local que, infelizmente, claudicou nos anos anteriores. Vamos conseguir fazer com que resgatemos isso num período curto? Infelizmente, não.

Vou dar um exemplo, que foi citado várias vezes aqui, da Fiocruz, que está fazendo um *campus*, que é uma ideia extraordinária. Sabe quando eles começaram a fazer esse planejamento? No ano de 2000. Sabe o que tem lá nessa área da Fiocruz? Só a terraplenagem ainda. Então, não é uma coisa que conseguimos - para responder também uma das perguntas,

porque estou começando aqui um pouco fora da ordem -, fazer em um período muito curto. Se quiser fazer um estabelecimento de uma capacidade produtiva, quer seja em Araçariguama, quer seja em Caieiras, quer seja em qualquer outro local, o período para montar a infraestrutura, para levar todo o esforço, duplicação de esforço e levar toda uma outra massa... Porque as pessoas pensam assim: "Não vou fazer uma fábrica que vai ter entrada e saída e entra matéria-prima e sai produto". É uma estrutura enorme para fazer um suporte para essa fábrica: que é pessoal de qualidade, pessoal de controle pessoal, pessoal de limpeza, pessoal especializado para fazer todas as estruturas, infraestrutura de fornecer todas as utilidades. Não é uma coisa simples. Não é à toa, porque só o Butantan e a Fiocruz fazem vacina, porque ninguém quer fazer. É muito complicado.

Então, para fazer esse movimento, pode esquecer que consiga entregar as coisas dentro dos prazos que foram acordados antes de mim, inclusive ali dentro do Instituto Butantan, com o Ministério da Saúde, com a Organização Pan-Americana de Saúde, com as outras instituições com que temos de honrar compromissos. E temos de conseguir entregar esses produtos para proteger a vida das pessoas.

Então, queria que vocês soubessem desses detalhes, que para responder a essa pergunta com um pouco mais de objetividade, com esses compromissos assumidos com o Ministério da Saúde, inclusive com o novo PAC, com o BNDES, com as outras instituições que participaram da construção desse esforço, infelizmente, não consigo sair da área que está lá no Instituto neste momento.

Segunda coisa é a seguinte, o risco biológico que foi perguntado, temos todas as garantias de que o que fazemos, dentro do Instituto Butantan, é seguro. E essas modificações que vemos fazendo aos poucos, inclusive, é para atender a necessidade de aumento das normas de rigor de segurança, para proteger todo mundo. E, aí, vocês falam assim: "Não, vocês não se preocupam com a população do entorno?" Gente, eu tenho 4000 pessoas trabalhando lá dentro do Instituto Butantan, que fazem essas coisas. Quer uma preocupação maior que me preocupar com o risco biológico justamente dos nossos colaboradores? Com todo o mundo que está lá

dentro? Nunca faríamos nada ali dentro sem o maior rigor de atender às legislações e a barra mais elevada de proteção, que temos lá dentro, se não atendêssemos a todas as exigências que são necessárias. Mas, mesmo assim, não estamos pensando só no curto prazo.

Então, venho sempre sido provocado pelo Vereador Nabil, que me pergunta: “Mas o que você vai fazer para o futuro?” Aí, vem uma outra diretoria, vai chegar lá e falar assim: “Olha, mudei de ideia. Agora vou desmatar tudo e construir fábrica até em cima, do lado das vizinhanças”. Então, já estamos fazendo esse plano estratégico. Colocamos já um esforço para a aquisição de um terreno do Jaguaré. Só não pudemos anunciar isso agora porque ainda faltam algumas etapas. Mas, estamos nos esforçando para achar uma área ali dentro da proximidade, que não precise duplicar toda a minha estrutura e ir para uma outra cidade, manter aqui dentro a capacidade de expansão do Instituto, ali dentro do Jaguaré. Inclusive com recolhimento de impostos e aumento de oportunidades de emprego para o município de São Paulo, além do outro terreno que foi sugerido. Já fizemos um primeiro estudo. Rafael já foi lá e fez as coisas, e depois vamos voltar a falar daquele outro terreno que pertence à União.

Sobre o barulho, isso foi um problema mesmo, e admitimos isso e falamos para algumas das pessoas que estão aqui, que foram recebidas lá dentro do Instituto. Admitimos isso para vocês, que foi um problema. Já iniciamos, já contratamos a empresa para fazer a obra de isolamento acústico. Estamos fazendo um esforço de diminuição do período de emissão do ruído para minimizar, um pouco que seja, o impacto que aconteceu. E a nossa previsão é de concluirmos em outubro, para isolarmos acusticamente para vocês não terem mais problema. E, sobre isso, já adianto que todos os planos executivos dos projetos que colocamos lá dentro, e que estão em andamento, respeitam rigorosamente a legislação de emissão de ruído dentro do município de São Paulo para aquela região. Isso já foi discutido com todos os outros reguladores, inclusive com o Ministério Público que participou de todas essas etapas de discussão conosco.

Sobre essa pessoa que esteve lá, o Sr. Faggin, ele havia feito esse projeto antes. A procedência do projeto, que ele fez, foi julgada pelo Tribunal de Contas do Estado e não encontraram irregularidades. Mas, mesmo assim, na hora em que entramos, continuamos os

nossos esforços sem a participação dele, desde o começo de 2023. Estive com ele uma única vez, depois nunca mais me reuni com ele. Mas isso foi julgado pelo TCE.

Sobre a privatização, como falei aqui na minha abertura, não temos nenhuma...

O SR. NABIL BONDUKI – Professor, quem está agora trabalhando no plano?

O SR. ESPER GEORGES KALLÁS – A nossa equipe interna, só. Só temos a nossa equipe interna, dentro da Fundação, do Instituto que, aliás, era a próxima coisa que ia dizer. A Fundação Butantan serve ao Instituto. A Fundação Butantan é uma instituição privada, sem fins lucrativos, de suporte ao Instituto. Então, a rigor, respondo pela Fundação. Mais que isso. A relação entre Fundação e Instituto é regida por uma aliança estratégica, que é aprovada pela Procuradoria Geral do Estado. E só para vocês saberem o seguinte, a Fundação Butantan publica seus balanços em *Diário Oficial*. Temos transparência hoje. Apresentamos as coisas para o Tribunal de Contas do Estado, que vem acompanhando todas as nossas atividades lá dentro. Então, não há nenhum movimento de tentativa de privatização do Instituto Butantan.

O SR. NABIL BONDUKI – Ela perguntou, porque eles não acharam.

O SR. ESPER GEORGES KALLÁS - Mas está publicado. Depois, oferecemos os balanços para vocês. Estão no *site* da Fundação, inclusive.

Sobre a soberania, Vereador Nabil, é exatamente aquilo que estava colocando. Sem fortalecermos a nossa capacidade aqui, não vamos conquistar soberania nunca.

Sobre a área em que apresentamos o substitutivo, precisamos depois entrar mais em detalhe, mas a região que delineamos é muito parecida. Depois comparo. Vi só de relance o que vocês tinham colocado, mas é menor do que vocês tinham proposto antes. Agora é uma coisa muito importante. Quero deixar bem claro para vocês que do que propomos dessa massa verde, da nossa última projeção, que o Tadeu e o Renan fizeram, assumimos aqui o compromisso que esse substituto que apresentamos preserva toda aquela massa verde. Não haverá mais intervenções lá, e com recuperação...

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Vai estar no substitutivo?

O SR. ESPER GEORGES KALLÁS – Vai estar no substitutivo. Bom, sobre a

compensação do entorno. Eu quero também colocar publicamente para todo mundo, coisa que eu tive a oportunidade também, de já manifestar para algumas das pessoas, inclusive, Vereadores aqui, que a gente está aberto para fazer intervenções no entorno, Morro do Querosene, Parque da Ponte e outras áreas, a Mata Ciliar do Ribeirão, que margeia o Instituto Butantan, a gente só precisa saber aonde, na Secretaria do Meio Ambiente, há possibilidade de a gente fazer esse investimento para fazer a recuperação. Mais do que isso, além do que a gente está propondo das 9 mil árvores plantadas, que a gente apresentou.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ESPER GEORGES KALLÁS – Aonde vocês decidirem, depende muito do que é disponível na Secretaria do Meio Ambiente.

A SRA. RENATA FALZONI – Esse que é o problema, não tem espaço. Então, se a gente suprime uma floresta, a gente não consegue repor.

O SR. ESPER GEORGES KALLÁS – Nós não vamos suprimir.

O SR. NABIL BONDUKI – Só uma questão em relação a isso, acho que um objeto importante é o Parque da Fonte, que eu acho que é uma área importante que está em projeto, inclusive, nesse momento. E o corredor ecológico que existe entre USP, Butantã, que é um corredor importante ecológico na cidade.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ESPER GEORGES KALLÁS – A gente pode se sentar, discutir, não há problema.

Finalmente é o seguinte, pouquíssimas outras coisas, sobre o Sindicato, só para deixar bem claro, infelizmente ele não está, mas a gente foi consultado por dois sindicatos que chegaram ao Instituto Butantan com a proposição de representar os trabalhadores do Instituto. Nós temos, dentro do Instituto, quatro mil colaboradores, são aproximadamente 650 do Instituto, e os demais são funcionários da Fundação Butantan, contratados pela Fundação Butantan, mas que têm o objetivo fundamental de servir ao Instituto.

E lá nós fazemos vacinas sim, todas essas vacinas que eu estou falando, que

chegaram ao Ministério são produzidas lá dentro, então, não tenho dúvida nenhuma disso. Esses dois sindicatos nos procuraram e a gente não sabia o que fazer, foi judicializado e a decisão da Justiça foi de que o Senalba assumisse. Mas eu já manifestei para o Vereador que a gente está aberto para recebe-lo lá, para discutir esse assunto a qualquer momento.

Eu espero que as vacinas que a gente incorpore no Instituto Butantan sirvam à população brasileira por maior tempo possível. Por exemplo, a vacinada da influenza que nós usamos para vacinar esse ano, são 14 anos que estamos fazendo dentro do Instituto. E quanto mais longa a vacina, mais mostra que ela é sedimentada como sendo vacina que é de utilidade na saúde pública.

Na próxima audiência, Líder, nós podemos trazer um pouco mais de detalhe da recuperação ecológica que estamos propondo. E estamos à disposição, mais uma vez, para ampliar o debate e de todos os Vereadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito obrigado.

O SR. NABIL BONDUKI – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Com a palavra o Vereador Nabil Bonduki, para os encerramentos.

O SR. NABIL BONDUKI – Vamos encerrar, eu só queria, primeiro, dizer da importância desse diálogo. É um diálogo fundamental, eu acho que a gente precisa continuar esse diálogo. E nesse sentido eu queria propor, como disse na minha fala, que a gente pudesse trazer, pelo menos um ou dois especialistas, tanto pesquisadores da área que discutam risco biológico, é claro, nós confiamos muito no Professor Esper, é um especialista dessa área, mas seria importante ter uma outra voz para deixar com maior tranquilidade.

E, em segundo lugar, no que diz respeito à questão da massa arbórea, a gente gostaria de convidar também um especialista amplamente conhecido, para que a gente possa avançar nessa convergência, com mais certeza e com mais convicção para que todos possam depois votar com tranquilidade.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Muito obrigado, Vereador Nabil. Só informando e indo para o encerramento, a próxima audiência pública a pedido do Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, dia 12 de agosto, terça-feira, às 11h. Se V.Exa. quiser trazer esses técnicos, eles terão o tempo regimental para fazer uma explanação. E nós voltaremos para a segunda e derradeira discussão.

Nada mais havendo a ser tratado, dou por encerrada a presente audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

Muito obrigado. Tenham todos uma boa tarde.